



**NÉREO WILKER VICENTE**

**O FENÔMENO RELIGIOSO E OS DESAFIOS DA  
SOCIABILIDADE ÉTICA NO BRASIL**

**LAVRAS–MG  
2021**

**NÉREO WILKER VICENTE**

**O FENÔMENO RELIGIOSO E OS DESAFIOS DA SOCIABILIDADE ÉTICA NO  
BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof. Dr. Vanderlei Barbosa  
Orientador

**LAVRAS-MG  
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Vicente, Néreo Wilker.

O fenômeno religioso e os desafios da sociabilidade ética no  
Brasil. / Néreo Wilker Vicente. - 2021.

74 p.

Orientador(a): Vanderlei Barbosa.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de  
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Religião. 2. Educação. 3. Ética. I. Barbosa, Vanderlei. II.  
Título.

**NÉREO WILKER VICENTE**

**O FENÔMENO RELIGIOSO E OS DESAFIOS DA SOCIABILIDADE ÉTICA NO  
BRASIL**

**THE RELIGIOUS PHENOMENON AND THE CHALLENGES OF ETHICAL  
SOCIABILITY IN BRAZIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADA em 11 de novembro de 2021.

Dr. Carlos Betlinski UFLA

Dr. Lucas Cardoso Lima UNILAVRAS

Prof. Dr. Vanderlei Barbosa  
Orientador

**LAVRAS-MG  
2021**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de toda sabedoria, por minha trajetória, por me dar inteligência e forças para finalizar esta pesquisa, bem como o Mestrado em Educação. Não foram poucas as vezes em que me senti cansado e Ele sempre esteve comigo.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Vanderlei Barbosa, pelas excelentes orientações, mesmo remotas devido a pandemia causada pela COVID-19. Ele esteve sempre presente e com a paciência e a sabedoria que lhe são peculiares me orientou, motivou, corrigiu e mostrou o caminho. Meu muito obrigado!

Agradeço à Universidade Federal de Lavras, especialmente ao Departamento de Pós-Graduação em Educação, através de todos os professores e professoras por colaborarem tanto com minha formação como educador e principalmente como pessoa. Sinto-me orgulho por trazer o nome UFLA em minha formação e em minha história.

Agradeço à minha esposa, Juliana, por ter assumido esse projeto comigo e me incentivado, sobretudo nos momentos em que mais estive cansado. A ela o meu amor, carinho, gratidão e essa vitória que não é só minha, mas nossa.

Aos meus pais e primeiros mestres, José e Iolanda, que com poucas palavras, mas com muitas atitudes, continuam me ensinando o real sentido da existência: o amor que se materializa através do cuidado. Obrigado!

Aos meus amigos e amigas, especialmente à minha querida amiga Ellen Laudares, pois me incentivou a me inscrever no processo seletivo do mestrado. Ela acreditou em mim e nesse sonho quando eu já não acreditava mais. Gratidão!

A todos o meu muito obrigado!

*“A luz, por mais fraca que seja, vale mais do que todas as trevas juntas. Basta um palito de fósforo aceso para exorcizar toda a escuridão de uma sala e mostrar a porta de saída.”*

*Leonardo Boff*

## RESUMO

Entendendo a educação como um processo macro que perpassa diversas instituições sociais e que visa, dentre outros objetivos, a formação das pessoas que estão se humanizando, com destaque para cidadania, a presente pesquisa, de caráter bibliográfico e exploratório, tem como objetivo investigar a relação entre o fenômeno religioso e os desafios da sociabilidade ética no Brasil. Partindo da questão “Quais fundamentos/valores/princípios do cristianismo contribuem para a construção da sociabilidade ética do Brasil?”, que constitui o problema desta pesquisa, foram investigados alguns aspectos estruturais do fenômeno religioso e a origem e a história do cristianismo, tendo em vista ser a religião de maior influência na cultura ocidental e cujo contexto se presentifica na produção literária de diferentes matrizes. Por fim, procurou-se estabelecer um diálogo entre o fenômeno religioso e a sociabilidade ética no Brasil, refletindo como os postulados éticos do cristianismo podem colaborar com a construção de uma sociedade mais colaborativa e inclusiva. Esta pesquisa se justifica, pois o fenômeno religioso é um dado concreto da sociedade e permeia o espírito de todas as culturas, materializando-se nas artes, na filosofia, na educação, na política e nos fundamentos da moralidade. Os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa são os pensadores brasileiros Rubem Alves e Leonardo Boff, pois ambos possuem uma visão religiosa que se materializa na cultura e perpassa os diversos campos de sociabilidade: educação, arte, literatura e ética. Como resultado, percebeu-se que a manutenção e o fortalecimento da democracia pode ser o caminho político para a manifestação do fenômeno religioso, especificamente da mística cristã, isto é, para a construção de uma sociedade aberta ao diálogo, para uma educação mais humana, para o respeito às diversidades, para tolerância, para o cuidado com a vida, enfim, para o fortalecimento da sociabilidade ética no Brasil.

**Palavras-chave:** Religião. Educação. Ética. Sociedade.

## ABSTRACT

Understanding education as a macro process that permeates various social institutions and that aims, among other objectives, to train people who are humanizing themselves, with emphasis on citizenship, this research, which is bibliographical and exploratory in nature, aims to investigate the relationship between the religious phenomenon and the challenges of ethical sociability in Brazil. Starting from the question "What foundations/values/principles of Christianity contribute to the construction of ethical sociability in Brazil?", which constitutes the problem of this research, some structural aspects of the religious phenomenon and the origin and history of Christianity were investigated, taking into account since it is the religion with the greatest influence in Western culture and whose context is present in the literary production of different sources. Finally, an attempt was made to establish a dialogue between the religious phenomenon and ethical sociability in Brazil, reflecting on how the ethical postulates of Christianity can collaborate with the construction of a more collaborative and inclusive society. This research is justified because the religious phenomenon is a concrete fact of society and permeates the spirit of all cultures, materializing in the arts, philosophy, education, politics and the foundations of morality. The theoretical references that support the research are the Brazilian thinkers Rubem Alves and Leonardo Boff, as both have a religious vision that materializes in culture and permeates the various fields of sociability: education, art, literature and ethics. As a result, it was found that the maintenance and strengthening of democracy can be the political path for the manifestation of the religious phenomenon, specifically the christian mystic, that is, for the construction of a society open to dialogue, for a more humane education, for respect for diversities, for tolerance, for the care of life, in short, for the strengthening of ethical sociability in Brazil.

**Keywords:** Religion. Education. Ethic. Society.



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
2	<b>O FENÔMENO RELIGIOSO.....</b>	<b>12</b>
2.1	<b>O que é religião? .....</b>	<b>13</b>
2.2	<b>A religião, sua organização e suas funções.....</b>	<b>17</b>
2.3	<b>A religião e suas dimensões ética e política .....</b>	<b>24</b>
3	<b>O CRISTIANISMO .....</b>	<b>32</b>
3.1	<b>Origem do cristianismo .....</b>	<b>33</b>
3.2	<b>Ramificações da experiência cristã .....</b>	<b>38</b>
3.3	<b>A(s) Doutrina(s) cristã(s) .....</b>	<b>42</b>
3.4	<b>O cristianismo no Brasil .....</b>	<b>48</b>
3.4.1	<b>A missão e a Igreja como instituição .....</b>	<b>49</b>
3.4.2	<b>O catolicismo popular .....</b>	<b>50</b>
3.4.3	<b>A Igreja como rede de comunidades .....</b>	<b>52</b>
3.4.4	<b>A Igreja carismática .....</b>	<b>52</b>
4	<b>O FENÔMENO RELIGIOSO E OS DESAFIOS DA SOCIABILIDADE ÉTICA NO BRASIL .....</b>	<b>55</b>
4.1	<b>Alguns desafios atuais.....</b>	<b>55</b>
4.2	<b>A ética e o paradigma do cuidado .....</b>	<b>60</b>
4.3	<b>Religião e sociabilidade ética .....</b>	<b>62</b>
4.4	<b>O cristianismo como caminho espiritual para a sociabilidade ética .....</b>	<b>67</b>
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre religião parece ser uma necessidade para quem deseja compreender as diversas culturas espalhadas pelo planeta. Em primeiro lugar porque todas as sociedades possuem algum tipo de expressão religiosa. Em segundo lugar, longe de ser apenas um “espaço” de relação entre os seres humanos e a transcendência, as religiões se apresentam como referências normativas para a sociabilidade, isto é, são produtoras de valores e normas morais que afetam as micro e as macrorrelações. Portanto, o diálogo sobre religião é também um diálogo sobre ética e, se os postulados éticos são aprendidos por meio da educação formal ou informal, então parece existir também uma relação entre religião e educação.

A relação entre o fenômeno religioso e a ética sempre me chamaram a atenção e me motivaram a pesquisar sobre, pois me preocupa perceber como o individualismo, o materialismo e o hedonismo parecem colaborar para o enfraquecimento das noções de empatia, altruísmo, respeito, tolerância, bem como da capacidade de diálogo entre as pessoas.

Nessa perspectiva, já em minha graduação em filosofia, produzi o trabalho de conclusão de curso intitulado *A relação entre espiritualidade e ética no pensamento de Viktor Emil Frankl*. Naquela ocasião procurei refletir como a espiritualidade, entendida como parte da constituição humana, pode colaborar com a construção de uma sociedade mais solidária, justa e harmônica. O referencial teórico foi o psiquiatra austríaco que foi prisioneiro dos campos de concentração nazistas, Viktor Emil Frankl. A conclusão da pesquisa foi que o ser humano, sendo antropológicamente espiritual, é capaz de produzir valores éticos, de sair de si e de ir em direção ao outro para estabelecer uma relação de cuidado.

Dessa forma, no mestrado em educação, meu orientador e eu percebemos que poderíamos ampliar um pouco mais as reflexões sobre a ética, mas agora a partir do fenômeno religioso, um tema também muito caro para mim. Em primeiro lugar porque sou uma pessoa religiosa e, inclusive, fui seminarista católico por muitos anos. Em segundo lugar porque acho fascinante o mundo das religiões, seus códigos, organização e, sobretudo, a dimensão ética que todas as religiões possuem, uma vez que a forma como se crê em Deus se traduz em condutas cotidianas. Por fim, em terceiro lugar, porque me parece existir uma visão pejorativa sobre o tema, levando muitas pessoas, especialmente os mais jovens, a não perceberem a riqueza presente nas religiões, bem como a importância delas para a coesão social, como bem sinalizava Émile Durkheim (DURKHEIM, 1989).

Com efeito, o tema Religião se relaciona profundamente com o tema Educação, pois pensar e dialogar sobre a educação exige um esforço em pensar os pilares do processo

educacional. Estes, por sua vez, não estão restritos ao ambiente escolar, mas perpassam as diversas instituições que ajudam a costurar o tecido social, dentre elas as religiões. De fato, a educação é um processo macro que acontece no dia a dia das pessoas e que transcorre na família, na escola, nos grupos sociais, no trabalho e na experiência religiosa.

Desse modo, a educação transcende o ensino e a aprendizagem dos conteúdos escolares, mas toca nas questões existenciais, políticas, estéticas e éticas. Nesse sentido, esta pesquisa busca pensar a educação de modo informal e em sua dimensão ética, associando-a ao do fenômeno religioso e refletindo a maneira pela qual o fenômeno religioso pode colaborar com os desafios da sociabilidade ética no Brasil, um país marcado por diversos dilemas éticos.

Para tanto, o primeiro capítulo versa sobre o fenômeno religioso em si, buscando compreendê-lo em sua organização, suas causas e efeitos, tanto no aspecto individual, quanto no aspecto coletivo. Dessa forma, o fenômeno religioso é apresentado como fonte de diversos valores éticos que orientam a vida humana em todas as sociedades, o que leva a compreensão de que as religiões são também “instituições” educadoras.

O segundo capítulo traz à tona o cristianismo por se tratar da principal matriz cultural do mundo ocidental, e especificamente do Brasil. Nesse sentido, é apresentado alguns aspectos da história do cristianismo, desde suas origens com Jesus, até o seu desenvolvimento e institucionalização. Como se trata de uma religião heterogênea, é apresentada também as ramificações do cristianismo a partir da Reforma Protestante, abordando um pouco de algumas religiões cristãs e suas doutrinas, especialmente o catolicismo, principal vertente cristã do Brasil desde a colonização.

Por fim, no terceiro capítulo, procura-se realizar uma relação entre o fenômeno religioso e os desafios da sociabilidade ética no Brasil. Em um primeiro momento são apresentados alguns problemas de natureza ética e política enfrentados pelo Brasil e, em seguida, discute-se como a perspectiva religiosa, especificamente a do cristianismo originário, denominado por Leonardo Boff como “Paleocristianismo” (BOFF, 2014), pode colaborar na redução de tais problemas.

Os autores escolhidos como referenciais teóricos desta pesquisa são os pensadores brasileiros Rubem Alves, educador e psicanalista, e o teólogo Leonardo Boff. Muitos outros referenciais foram cogitados, mas esses foram escolhidos porque escreveram inúmeras obras sobre religião, espiritualidade e ética a partir de um olhar interno, isto é, da própria realidade brasileira. Além disso, os autores abordam o fenômeno religioso de modo mais concreto, pois apresentam uma ideia de religião muito ligada às questões éticas e políticas, ou seja, uma religião “encarnada” na vida pessoal e social.

Outros autores, tais como Viktor Frankl, Freud, Durkheim, Marx, Mercea Eliade, Urbano Zilles, dentre outros, também são citados e dialogam com os referenciais a fim de se ter uma boa fundamentação teórica para a pesquisa e, assim, alcançar o fim a que ela se propõe.

Por fim, pesquisar sobre o presente tema, além de um grande prazer, foi de grande contribuição para ampliar a minha concepção sobre o fenômeno religioso, sobre a ética e sobre a própria finalidade da educação, que ultrapassa o ensino de conteúdos em sala de aula, mas busca também, através de diversas instituições sociais educadoras, dentre elas a religião, formar seres humanos mais humanos, isto é, mais reflexivos, solidários e que agem não a partir da lógica da competição, mas da colaboração e do cuidado, a fim de se construir caminhos para que a sociabilidade ética no Brasil não seja apenas uma tese, mas uma realidade a ser construída dia a dia por cada pessoa.

## 2 O FENÔMENO RELIGIOSO

Neste capítulo se pretende refletir acerca da natureza do fenômeno religioso, buscando compreender o que vem a ser a religião, a sua organização, algumas de suas causas, bem como realizar uma primeira aproximação entre o fenômeno religioso e os desafios da sociabilidade ética, a fim de se discutir como o fenômeno religioso permeia a vida social e se traduz em práticas cotidianas, inclusive no aspecto ético. Nesse sentido, a religião se apresenta como um forte elemento cultural e educador, pois atua sobre o modo de ser e agir do ser humano e, por consequência, sobre a sociedade.

Uma aproximação entre religião e ética parece algo pertinente, uma vez que muitas pessoas sinalizam acreditar que a religião trata apenas da relação entre o ser humano e Deus, devendo ser um assunto a ser debatido apenas nas Igrejas e não no campo científico. Evidentemente esta concepção de religião é reducionista e simplista, pois a religião não orienta apenas a relação entre o ser humano e Deus, mas orienta também a relação entre os seres humanos, entre o ser humano e o meio ambiente, o trabalho, o dinheiro, enfim, entre o ser humano e a cultura. Dessa maneira, a religião se apresenta como uma “instituição” educadora, pois ela permeia a sociedade e deixa marcas indelévels no ser humano e na estrutura social. Assim, estudar a religião não é apenas uma possibilidade, mas uma necessidade para quem deseja realizar uma leitura mais profunda da história de qualquer sociedade.

Obviamente, esta pesquisa delimitou seu campo de investigação à relação entre o fenômeno religioso e os desafios da sociabilidade ética a fim de se compreender as contribuições dadas pela religião em sua vertente cristã para a sociabilidade ética no Brasil. Trata-se, portanto, de ampliar a concepção de religião, entendendo-a não apenas como um “lugar” de fé, mas como formadora de opinião, produtora de conhecimentos, inspiradora de leis e de artes, enfim, de entender a religião como educadora ativa e presente, de forma direta e indireta, nas diferentes sociedades, inclusive no Brasil.

Nesse sentido, a partir dos referenciais teóricos desta pesquisa – Rubem Alves e Leonardo Boff –, pretende-se dialogar sobre o que vem a ser o fenômeno religioso, a sua organização, algumas de suas funções, bem como as suas manifestações sociais através de suas dimensões ética e política.

## 2.1 O que é religião?

Infelizmente há um risco muito grande de se fazer uma leitura preconceituosa da religião. Algumas das possíveis causas disso são o desconhecimento do que vem a ser religião e a confusão que se faz entre religião e igreja, bem como entre religião e espiritualidade. Por isso, é preciso compreender que a experiência religiosa não se reduz a uma crença ou a um templo, pois essa seria uma ideia simplista/reducionista. A religião, como elucidado, materializa-se na formação do ser humano e, por consequência, em sua ação social, em seu comportamento no tecer de sua história. Isso vale, inclusive, para os que se dizem ateus ou mesmo sem religião, pois os valores religiosos não se restringem a um templo, mas permeiam toda a cultura.

Rubem Alves corrobora com esse pensamento sobre a presença discreta e muitas vezes sigilosa da religião ao afirmar que é necessário reconhecer a presença discreta, muitas vezes silenciosa, da religião na vida cotidiana:

[...] é necessário reconhecê-la como presença invisível, sutil, disfarçada, que se constitui num dos fios com que se tece o acontecer do nosso cotidiano. A religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir. O estudo da religião, portanto, longe de ser uma janela que se abre apenas para panoramas externos, é como um espelho em que nos vemos. Aqui, a ciência da religião é também a ciência de nós mesmos: sapiência, conhecimento saboroso. (ALVES, 1984, p. 13).

Nota-se, a partir disso, que a religião faz parte do cotidiano do ser humano, sendo tão antiga quanto ele próprio. Mais do que isso, ela é uma lente pela qual o ser humano interpreta o mundo, os relacionamentos, a si mesmo e, em uma perspectiva mais ativa, corrobora em sua forma de ser no mundo e, portanto, na criação da própria cultura.

Desse modo, Rubem Alves ainda ressalta a importância do estudo da religião para a compreensão da sociedade e do próprio ser humano, pois ela permeia todas as sociedades: “não se tem notícia de cultura alguma que não a tenha produzido, de uma forma ou de outra” (ALVES, 1984, p. 33). Por essa razão, diversos filósofos, sociólogos, teólogos, antropólogos e demais pesquisadores se debruçaram e continuam se debruçando sobre o problema da religião, bem como sobre a sua influência sobre o ser humano, tanto em uma perspectiva subjetiva, quanto objetiva, a fim de compreender o que é a religião, suas origens, sua organização e seus impactos pessoais e sociais.

Pensado na presença e na influência social das religiões e em sua relação com a cultura, Leonardo Boff comenta o seguinte:

As religiões constroem edifícios teóricos – as doutrinas –, práticos – as morais –, festivos e simbólicos – as liturgias e os ritos. Mas constroem também edifícios artísticos, grandes templos e catedrais. Vejam os fantásticos templos levantados pelo hinduísmo na Índia. Ou as grandes catedrais medievais, verdadeiras sumas teológicas em pedras e em vitrais. Através da arte em geral, da música sacra e das artes plásticas, as religiões nos elevaram a Deus. (BOFF, 2001, p. 25-26).

Nota-se que a religião é uma criação humana que perpassa a moral, a arte, a literatura, o conhecimento, enfim, a cultura como um todo. Mas a questão que se coloca é a seguinte: por que os seres humanos criaram as religiões? Por que lançaram um olhar para o “outro lado” da existência? Responder a isso não é uma tarefa fácil, mas a antropologia pode auxiliar nessa empreitada.

Diversos foram e são os pensadores que procuraram pensar sobre o ser humano ao longo da história. Contudo, partir-se-á da análise do psiquiatra vienense Viktor Emil Frankl, pois se alinha às análises de Rubem Alves e de Leonardo Boff, mesmo em contextos históricos e sociais diferentes, uma vez que apresenta uma antropologia mais abrangente e que resgata o ser humano dos diversos tipos de determinismos, apresentando-o como livre, responsável e como um ser orientado por uma vontade de sentido.

Viktor Frankl, em sua antropologia, pensa o ser humano como livre, responsável e com vontade de sentido. Sendo assim, não pode ser visto como um mero aglomerado de impulsos ou necessidades apenas psicofísicas. Além de possuir as dimensões psicofísicas, que Frankl obviamente não nega, o ser humano possui uma dimensão espiritual, superior a psicológica e corporal. De tal modo, o ser humano se apresenta como biopsicoespiritual. É justamente a dimensão espiritual, que aqui não se refere a uma dimensão teológica, mas antropológica, que distingue o ser humano dos outros animais e o faz livre para responder aos impulsos e necessidades com responsabilidade diante da concretude de sua existência.

Na busca pela unidade do ser humano, Viktor Frankl acredita que ao entendê-lo como níveis – biológico, mental e espiritual – pode-se dar a entender que tais níveis possam se apresentar de modo separado, ocorrendo assim uma ruptura na totalidade e findando no reducionismo. É por isso que Frankl vai compreender o ser humano como uma unidade apesar da multiplicidade (FRANKL, 2011).

O objetivo de Frankl não é o de resolver a problemática filosófico-antropológica mente-corpo que atravessou a antiguidade e a o pensamento medieval, mas apresentar uma antropologia capaz de assegurar a unidade antropológica, mesmo em meio a multiplicidade, e indicar que o ser humano deve ser compreendido como um ser integral a partir da espiritualidade, entendida como núcleo central integrador, onde o ser humano é livre, responsável e possuidor de uma vontade de dar sentido à sua existência (FRANKL, 2011).

Dentro dessa perspectiva, o ser humano, como ser espiritual, mais do que existir, necessita encontrar o “porquê” de existir. Em outras palavras, somente o ser humano se coloca questões sobre o sentido da vida, não se contentando em apenas em existir, mas buscando compreender as razões e finalidades desse existir. A resposta que dará a tais questões será sustento e base para suportar a vida em suas incertezas. Essa característica especificamente humana é que permite conceber o ser humano como um ser que, além de possuir uma estrutura psicofísica, possui ainda um eixo central espiritual.

O homem é mais do que organismo psicofísico: é pessoa espiritual. Nessa qualidade, é livre e responsável, livre ‘do’ psicofísico e ‘para’ a realização de valores e o preenchimento de sua existência. É um ser que luta para realizar valores e preencher o sentido. Não identificamos no homem apenas a luta pela vida, mas também a luta pelo sentido da vida. E auxiliá-lo nessa luta é talvez a missão mais notável da ação psiquiátrica. (FRANKL, 1978, p. 177).

Nesse mesmo sentido, Rubem Alves salienta que o ser humano é diferente dos demais animais, não estando “preso” aos instintos, mas sendo dotado de liberdade, inclusive, para desobedecer às inclinações do próprio corpo. Enquanto os animais são o próprio corpo, o ser humano tem o seu corpo, não sendo determinado por ele, mas se constituindo livre para responder aos seus impulsos (ALVES, 1984). Alguns exemplos que credenciam esse raciocínio são o jejum que muitas pessoas realizam, seja por motivações de saúde ou religiosas, e a abstinência sexual que muitos(as) religiosos(as) praticam por causa de algum voto ou mesmo visando o autocontrole.

Rubem Alves ainda ressalta que “o fato é que os homens se recusaram a ser aquilo que, à semelhança dos animais, o passado lhes propunha. Tornaram-se inventores de mundos” (ALVES, 1984, p. 17). Não sendo determinado pelo próprio corpo e sendo consciente de sua existência, o ser humano não deseja apenas existir, mas compreender a sua existência e dar sentido a ela.



Leonardo Boff, nessa mesma direção, compreende o ser humano como um ser transcendente, isto é, com capacidade de sair de si, de criar utopias e de acrescentar algo novo à realidade objetiva. Segundo o teólogo essa capacidade

é algo exclusivo dele (do ser humano), nenhum animal é capaz de utopia. Por isso ele cria símbolos, cria projeções, cria sonhos. Porque ele vê o real transfigurado. Essa capacidade é o que nós chamamos de transcendência, isto é, transcende, rompe, vai para além daquilo que é dado. Numa palavra, eu diria que o ser humano é um projeto infinito. Um projeto que não encontra neste mundo o quadro para a sua realização. (BOFF, 2000, p. 36-37).

Desse modo, sendo um ser espiritual e com vontade de sentido, o ser humano se apresenta como um ser transcendente, isto é, ele não se satisfaz com os dados objetivos da imanência e, por essa razão, cria símbolos, códigos morais e utopias. Como se percebe, Frankl, Alves e Boff apontam para uma mesma direção: o ser humano é mais do que um aglomerado de células (corpo e mente), é espiritualidade, transcendência e, por essa razão, desejoso de sentido.

É nesse contexto que se pode pensar a experiência religiosa. Em um dado momento os ancestrais do ser humano realizaram a transcendência, isto é, não se restringiram aos limites da materialidade e buscaram encontrar respostas para questões fundamentais, tais como a origem do universo, o que diferencia o ser humano dos demais seres vivos, se existe vida após a morte, o amor, dentre outras questões que perpassam a vida de todas as pessoas, em todos os tempos e culturas. Assim, Rubem Alves afirma que “talvez seja esta a marca de todas as religiões, por mais longínquas que estejam umas das outras: o esforço para pensar a realidade toda a partir da exigência de que a vida faça sentido” (ALVES, 1984, p. 8).

Insistindo na relação entre a religião e o sentido da vida, Rubem Alves afirma que

[...] como Camus observou, não é possível ignorar que as pessoas encontram razões para viver e morrer em suas esperanças religiosas, lançando-se em empresas grandiosas e atrevendo-se a gestos loucos, compondo poemas e canções, marcando o lugar onde os mortos amados foram enterrados e, se necessário, entregando-se mesmo ao martírio. (ALVES, 1985, p. 85).

Nessa perspectiva, a religião se apresenta como uma resposta à necessidade de sentido que o ser humano tem devido a sua constituição antropológica. Mais do que vontade de comer, beber, dormir ou mesmo de ter relações sexuais, o ser humano tem vontade de sentido, isto é, ele procura uma razão pela qual viver e morrer. Dessa maneira, pode se dizer que a religião reveste a vida de significados, de esperança, enfim, de sentido.

Por essa razão, pensar a religião simplesmente como igreja ou como um espaço burocrático, pode ofuscar a percepção de sua riqueza, profundidade, significado e beleza. O que se faz com ela - a religião - nas instituições é outra história. As Igrejas são instituições que procuram viver determinada religião. Nesse sentido, a religião em si, como meio de significar o mundo, é uma realidade humana e social, um dado objetivo, empírico, que não pode ser negligenciado pelos que desejam pensar a história, a cultura, a educação e, enfim, o próprio ser humano.

## **2.2 A religião, sua organização e suas funções**

Valendo-se das premissas anteriormente discutidas, por meio das quais o ser humano foi apresentado como um ser consciente, livre, responsável, com vontade de sentido e que a religião se apresenta como uma estrada construída pelo próprio ser humano por meio da qual é possível significar o mundo e encontrar razões para a própria existência, torna-se fundamental apresentar alguns aspectos do fenômeno religioso, tendo em vista a sua grande importância para as diferentes culturas, sociedades e para o próprio processo educacional.

A educação é um processo amplo que se desenvolve ao longo de toda a vida e com a contribuição de diversas instituições sociais. Nota-se que o conceito de educação vai além do conceito de escolarização. Dessa maneira, a religião pode ser compreendida como um agente educacional, uma vez que exerce influência direta e indireta na forma de ser (personalidade) e de agir (ética) do ser humano por meio do processo de socialização. Com efeito, as diversas instituições sociais responsáveis por esse processo de socialização, inclusive a religião, constituem instituições sociais básicas que contribuem para a formação da personalidade humana (TOSCANO, 2001).

Nesse sentido, estando a religião também ligada à personalidade do indivíduo, uma vez que colabora para a sua formação, liga-se diretamente à sociedade e exerce grande influência sobre ela através do tempo, despertando o interesse de psicólogos, sociólogos, historiadores, antropólogos e diversos pesquisadores no que se refere ao estudo de suas correlações com as demais instituições sociais (TOSCANO, 2001).

Tendo colocado tais premissas que discutem sobre a importância da religião, parece ser importante encontrar uma definição para ela. Em um sentido mais genérico, a religião pode ser compreendida como “a crença numa garantia sobrenatural oferecida ao homem para a sua salvação; e as técnicas orientadas para obter e conservar esta garantia” (ABBAGNANO, 1970, p. 813). Nota-se que esta definição ressalta três aspectos importantes da religião: (1) a crença

no sobrenatural, (2) a salvação e os (3) meios para alcançá-la. Esses meios ou essas técnicas pressupõem formas de ser e de agir no mundo, colocando a religião como um fenômeno ético, responsável por formar a consciência moral do ser humano a fim de que este alcance o fim proposto, isto é, a salvação de sua alma.

O sociólogo francês Émile Durkheim procurou realizar uma análise mais abrangente da religião, buscando compreender as suas formas mais elementares. Para ele a religião pode ser compreendida como “um sistema mais ou menos complexo de mitos, dogmas, ritos e cerimônias” (DURKHEIM, 1989, p. 67). Esse sistema se apresenta como algo forte e presente nas diversas sociedades, desde os tempos mais remotos. De fato, a história mostra que os ancestrais do ser humano possuíam uma forte vertente religiosa, uma vez que procuravam estabelecer um contato frequente com os deuses, seja dentro de uma perspectiva politeísta, monoteísta ou até mesmo através da divinização da natureza, o que o antropólogo E. B. Tylor (1832-1917) chamou de “Animismo” (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000).

Diante disso, Rubem Alves, a partir das teses do sociólogo francês Émile Durkheim, propõe que a religião seja objeto de investigação científica e questiona a razão pela qual alguns empiristas/positivistas a negligenciam como objeto de estudo, sendo ela um fato social, isto é, um fenômeno concreto e atuante na vida social e que, por essa razão, deve ser estudada como coisa, ou seja, de forma imparcial (ALVES, 1984).

Opondo-se às teses que afirmam existir uma oposição entre religião e ciência, Rubem Alves cita Durkheim: “Diz-se que a ciência, em princípio, nega a religião. Mas a religião existe. Constitui-se num sistema de fatos dados. Em uma palavra: ela é uma realidade. Como poderia a ciência negar tal realidade?” (DURKHEIM, [18--] apud ALVES, 1984, p. 58). Nota-se que, sendo a religião um dado concreto, um fato social, a ciência experimental, cujo princípio é o de trabalhar com dados concretos, não pode negligenciar a religião, uma vez que ela é um dado concreto, presente e influente em todas as sociedades. E, mais do que isso, a religião interfere na construção de todas as sociedades, seja no campo educacional, cultural, ético, político, filosófico, dentre outros.

Além disso, ao contrário do que os positivistas acreditam ao afirmarem que a religião estaria sendo substituída pela ciência, a religião não se mostra um fenômeno passageiro que caminha para o seu desaparecimento. Ao contrário, a sua universalidade e a sua persistência sugerem que ela é um aspecto essencial e permanente em todas as sociedades. Mais uma razão pela qual é importante compreendê-la (ALVES, 1984).

Vale observar que a busca é pela compreensão da religião em si, enquanto relação com a transcendência e, conseqüentemente, consigo mesmo, com o outro e com o mundo, pois “a

essência da religião não é um objeto, mas uma relação” (ALVES, 1984, p. 39). Não se trata, nesse sentido, de uma religião institucionalizada, isto é, da racionalização da experiência religiosa em alguma igreja, mas da experiência religiosa que se traduz em ações, cujo impacto pode ser percebido.

Analisando os elementos constituintes das religiões, Rubem Alves acredita que as religiões estabelecem duas formas de se compreender e enxergar a realidade: o espaço das coisas sagradas e o espaço das coisas profanas. Essas formas se estabelecem pelas atitudes que os seres humanos têm diante das coisas, dos espaços, das pessoas, do tempo, dos animais e das próprias atitudes (ALVES, 1984). Buscando estabelecer bem as diferenças entre o profano e o sagrado, Rubem Alves identifica o mundo profano com o mundo do utilitarismo. Segundo ele,

num mundo utilitário não existe coisa alguma permanente. Tudo se torna descartável. O critério da utilidade retira das coisas e das pessoas todo o valor que elas possam ter, em si mesmas, e só leva em consideração se elas podem ser usadas ou não. (ALVES, 1984, p. 60).

Muitos são os exemplos que podem ser dados sobre o mundo profano. Um deles é uma caneta que, ao perder a sua função (utilidade) é jogada fora e substituída por outra mais nova e que funciona melhor. Essa é a lógica do utilitarismo: as coisas valem alguma coisa enquanto podem ser usadas, isto é, enquanto traz algum benefício para quem a utiliza. A questão se agrava quando não se trata apenas do mundo das coisas, mas do mundo das pessoas. O que acontece, dentro dessa perspectiva, quando uma pessoa perde a sua utilidade, seja pela velhice ou pela doença? É descartada! O mundo do profano não enxerga o significado, mas apenas a utilidade. Tudo é obsoleto e descartável.

Rubem Alves afirma ainda que na medida em que avança o mundo profano, impulsionado pela lógica do capital e da mercantilização da vida, avançam-se o individualismo e o utilitarismo (ALVES, 1984). Avançam-se, assim, as relações descartáveis, o egocentrismo e nasce um tipo social humano voltado demasiadamente para si mesmo, preocupado apenas com o seu bem-estar e disposto a “lucrar” em tudo, independentemente dos meios para isso. Por fim, tem-se a “divinização” do homem que se assenta sobre o trono do seu ego e julga o que é bom ou mau, certo ou errado, justo ou injusto, útil ou inútil, criando assim um mundo novo, segundo os critérios da utilidade.

Oposto a isso é o mundo do sagrado. Nele o ser humano se vê limitado e “dependente” de algo que lhe é superior. Sobre isso, Rubem Alves afirma o seguinte:

O homem não é mais o centro do mundo, nem a origem de suas decisões, nem dono do seu nariz. Sente-se dominado e envolvido por algo que dele dispõe e sobre ele impõe normas de comportamento que não podem ser transgredidas, mesmo que não apresentem utilidade alguma. (ALVES, 1984, p. 61).

No mundo do sagrado o ser humano é destronado, isto é, percebe que não é o centro do mundo e que a última palavra não é a sua. Ele se percebe pequeno diante de algo maior que o envolve, o domina e o orienta em seu caminhar. Nesse aspecto, as coisas e pessoas não são a sua utilidade, mas o seu significado.

Dentro do aspecto religioso, práticas como o jejum, a penitência, a busca pelo perdão e mesmo os ritos sacrificiais não apresentam algum caráter de utilidade. Ao contrário, limitam as ações humanas. Porém, são praticados pelas pessoas que se sentem “obrigadas” a isso por possuírem uma densidade sagrada. Desse modo, ultrapassar os critérios da utilidade é uma das características do mundo sagrado (ALVES, 1984).

Nesse sentido, uma pessoa, um animal e um objeto qualquer podem ser percebidos como sagrados e isso os torna diferentes, com significados importantes, ainda que inúteis para alguém. Um exemplo é a ordenação de um sacerdote dentro do rito católico. Ao se prostrar e receber a imposição de mãos de um bispo, aquele homem se reveste de sacralidade e de significado para os fiéis de sua Igreja. Aos olhos dos fiéis, não é somente um homem no sentido utilitário, mas um sacerdote, uma personificação de Cristo para os católicos. Logo, o tratamento dispensado a ele passa a ser diferente, pois as pessoas reconhecem nele a presença de algo sagrado. Assim ocorre também com as coisas e com os animais sagrados para muitas religiões. Elas não são tratadas dentro da perspectiva da utilidade, mas do significado.

Desse modo, sagrado e profano coexistem na realidade humana. São dois lados de uma moeda e que influenciam na forma de ser de agir do ser humano ao longo de sua vida. Se no mundo profano o homem é a medida de todas as coisas, parafraseando o sofista Protágoras, no mundo sagrado ele não se vê com tal onipotência, mas se submete a algo que considera maior do que ele mesmo.

Outro aspecto importante das religiões é o seu caráter normativo, isto é, a estreita relação entre a religião e as normas morais. Rubem Alves utiliza como base filosófica e sociológica para discutir o caráter normativo das religiões o pensamento de Émile Durkheim. Émile Durkheim não investigou a religião por mera curiosidade, mas porque vivia em um mundo que estava se desintegrando por ocasião dos problemas provenientes do capitalismo, sendo dois deles o individualismo e o utilitarismo:

[...] era isto que o levava a perguntar: como é possível a sociedade? Que força misteriosa é esta que faz com que indivíduos isolados, cada um deles correndo atrás de seus interesses, em conflito uns com os outros, não se destruam uns aos outros? Por que não se devoram? Qual a origem razoável da harmonia social? (ALVES, 1984, p. 62).

Durkheim refletiu sobre os impactos da religião na vida social e afirmou que as forças religiosas são forças morais capazes de orientar o comportamento humano: “as forças religiosas são, portanto, forças humanas, forças morais” (DURKHEIM, 1989, p. 496). De fato, isso pode ser percebido claramente, desde pessoas que abandonam vícios até as que deixam de praticar atos violentos. As religiões, seguindo esse raciocínio, atuam sobre a consciência moral do ser humano e o impulsiona a agir de determinada maneira.

Nesse sentido, Durkheim ainda salienta que

[...] todas as religiões, até as mais grosseiras, são, em certo sentido, espiritualistas: porque as forças que elas manipulam são, antes de tudo, espirituais e, por outro lado, é principalmente sobre a vida moral que elas devem agir. (DURKHEIM, 1989, p. 497).

Sobre esse caráter normativo da religião apresentado por Durkheim, Rubem Alves comenta que

as coisas mais sérias que fazemos nada têm a ver com a utilidade. Resultam de nossa reverência e respeito por normas que não criamos, que nos coagem, que nos põe de joelhos... Do ponto de vista estritamente utilitário seria mais econômico matar os velhos, castrar os portadores de defeitos genéticos, matar as crianças defeituosas, abortar as gravidezes acidentais e indesejadas, fazer desaparecer os adversários políticos, fuzilar os criminosos e possíveis criminosos... Mas alguma coisa nos diz que tais coisas *não devem ser feitas*. Por quê? Porque não. Por razões morais, sem justificativas utilitárias. (ALVES, 1984, p. 62-63).

Com efeito, mais do que estabelecer uma relação entre os seres humanos e Deus, a religião pode corroborar para uma boa relação entre os seres humanos, garantindo o que Durkheim chamou de Coesão Social, isto é, colaborando para uma maior harmonia social. Ao contrário, quando a secularização avança, quando o utilitarismo se impõe e o sagrado se fragmenta, quando as relações são estabelecidas por critério de utilidade, então a sociedade se desorienta, perde um forte elo de ligação e de sociabilidade e sobrevém sobre ela a anomia social, ou seja, a fragmentação dos laços sociais e o caos (ALVES, 1984). Triunfa-se, assim, o egocentrismo, o individualismo e o relativismo. Cada ser humano passa a cultuar a si mesmo,

pois, retomando a tese de Protágoras, ele passa se perceber a medida de todas as coisas. Têm-se aí a divinização do eu e a profanação do outro.

Dessa maneira, o sagrado se apresenta como origem da ordem, como fonte das normas tendo em vista garantir a harmonia social. Assim, quando Durkheim trata da religião, ele está tratando das condições para a sobrevivência da vida social, pois o utilitarismo e o individualismo, em essência, corroboram para a desintegração social (ALVES, 1984).

Como se percebe, a religião, enquanto relação com o mundo do sagrado, pode corroborar para as boas relações humanas, sobretudo em um contexto marcado pelo utilitarismo e pelo individualismo. Ela, por ser normativa, dispõe de normas que orientam o comportamento humano, sejam em relação às coisas, à natureza, aos animais e, claro, em relação aos próprios seres humanos. Aí se encontra a essência de sua dimensão educadora: as religiões formam pessoas através de normas morais, de valores, para que essas pessoas possam atuar em seus diversos papéis sociais, visando a construção de uma sociedade melhor.

Por fim, procurando pensar nas razões pelas quais os seres humanos criaram as religiões, já foi discutido que elas nasceram de uma necessidade, própria da constituição humana, de dar sentido às coisas. Também já foi observado que, do ponto de vista sociológico, as religiões são importantes para a coesão social, isto é, para colaborarem com a harmonia social através da criação de uma consciência moral coletiva, pois as religiões são normativas. Entretanto, ambas as análises, em especial a análise sociológica, parecem não serem suficientes para responder a essa questão. Isso porque a sociologia pode analisar a religião enquanto fenômeno social, seu contexto e sua influência sobre o comportamento de determinada sociedade, tal como fizeram os sociólogos Marx, Durkheim e Weber. No entanto, a sociologia faz silêncio sobre o que acontece no interior de cada pessoa. E é para lá que se pretende olhar nesse momento.

Rubem Alves ilustra isso da seguinte maneira:

Se é verdade que a religião é um fato social, a pessoa que faz promessas ao seu Deus para que seu filho viva, ou dobra os joelhos, na solidão, chorando, ou experimenta a paz indizível de comunhão com o sagrado, ou se curva perante as exigências morais de sua fé, confessando pecados que ninguém conhecia e pedindo perdão ao inimigo, sim, esta pessoa e seus sentimentos religiosos se encontram em uma esfera de experiência indiferente à análise sociológica, por ser íntima, subjetiva, existencial. (ALVES, 1984, p. 87).

Com efeito, sendo a religião uma manifestação da alma humana, é necessário entrar nesse território pessoal, subjetivo e íntimo, a fim de se descobrir o que nela aponta para a

religião, isto é, em que momento o ser humano buscou dar sentido à sua vida por meio da religião. Em outras palavras: por que a religião?

Para responder a isso, Rubem Alves acredita que a religião deve ser entendida como sonho ou desejo. De acordo com ele “sonhos são as religiões dos que dormem. Religiões são os sonhos dos que estão acordados” (ALVES, 1984, p. 88). Entretanto, é preciso compreender que o autor não afirma ser a religião uma ilusão, mas um sonho, isto é, uma manifestação do que de mais profundo existe na alma humana. Por isso, baseando-se na psicanálise de Sigmund Freud, Rubem Alves afirma que “os sonhos são a voz do desejo. E é aqui que nasce a religião, como mensagem do desejo, expressão de nostalgia, esperança e prazer” (ALVES, 1984, p. 91). Daí decorrem algumas questões importantes: se a religião é uma expressão do desejo, então o que é desejo? De onde os desejos surgem?

Embora o ser humano seja um ser com vontade de sentido, ele também é um ser detentor de diversos desejos, alguns conscientes, outros não, como sustentava Freud. Mas, ainda que inconscientes, os desejos estão ali, vivos e atuantes dentro de cada pessoa. Mais do que isso, os desejos enviam mensagens constantemente ao ser humano, sendo o sonho uma das formas que o desejo encontra para se fazer ouvir.

Rubem Alves, procurando explicar como o desejo atua no ser humano e como o ser humano atua em relação ao desejo, afirma o seguinte:

Somos seres rachados e atormentados por uma guerra interna sem fim, chamada neurose, na qual somos nossos próprios adversários. Um dos lados de nós mesmos habita a luz diurna, representa a legalidade, e veste as máscaras de uma enorme companhia teatral, desempenhando papéis por todos reconhecidos e respeitados – marido fiel, esposa dedicada, profissional competente, pai compreensivo, velho sábio e paciente – e pela representação convincente recebendo recompensas de *status*, respeito, poder e dinheiro. E todos sabem que a transgressão das leis que regem este mundo provoca punições e deixa estigmas dolorosos... Por detrás da máscara, no entanto, está um outro ser, amordaçado, em ferros, reprimido, recalcado, proibido de fazer ou dizer o que deseja, sem permissão para ver a luz do sol, condenado a viver nas sombras... É o *desejo*, roubado dos seus direitos, e dominado, pela força, por um poder estranho e mais forte: a sociedade. (ALVES, 1984, p. 89-90).

Sendo movido também pelo desejo, o ser humano experimenta dentro de si essa ambiguidade: querer e dever. Ele ambiciona realizar todos os seus desejos. Porém, encontra em seu caminho a sociedade que limita o seu desejo em nome da ordem estabelecida, isto é, de um mínimo nível de coesão. Reprimido socialmente, o ser humano passa a reprimir a si mesmo, sendo algoz do seu próprio eu, julgando-se e criando um sentimento de culpa. Instala-se a “infelicidade”, pois ele não é o que deseja ser, isto é, o seu desejo que não pode realizar.



Diante desse cenário, quais seriam as saídas ao ser humano? Poderá ele viver na infelicidade? É neste momento que o próprio ser humano cria os mecanismos de consolo e de fuga, por meio dos quais pode encontrar na imaginação o prazer que a realidade lhe nega, fazendo com que seus dias sejam menos dolorosos. Segundo Rubem Alves, a religião pode ser compreendida como um destes mecanismos criados pelo ser humano: “Deus é este coração fictício que o desejo inventou, para tornar o universo humano e amigo. E então a própria morte perdeu o seu caráter ameaçador. As religiões são, assim, ilusões que tornam a vida mais suave” (ALVES, 1984, p. 94).

Ao dizer que Deus é esse coração fictício, Rubem Alves não pretende negar a existência de Deus. O que se busca aqui é pensar a religião como uma manifestação do desejo humano e, assim, como um caminho pelo qual se pode conhecer o próprio ser humano. Ludwig Feurbach, filósofo alemão do século XIX, por exemplo, afirmou categoricamente que “a consciência de Deus é autoconsciência; o conhecimento de Deus é autoconhecimento. A religião é o solene desvelar dos tesouros ocultos do homem” (FEUERBACH, [18--] apud ALVES, 1984, p. 13). Assim sendo, a religião se apresenta como um caminho misterioso que conduz o ser humano não apenas para Deus, mas para o interior do próprio ser humano.

Rubem Alves insiste nessa perspectiva afirmando o seguinte:

Porque as religiões, caleidoscópios de absurdos, se configuram agora como símbolos oníricos dos segredos da alma, inclusive a nossa. E por detrás dos mitos e ritos, cerimônias mágicas e benzeções, procissões e promessas, podemos perceber os contornos, ainda que tênues, do homem que espera uma nova terra, um novo corpo. E os sonhos religiosos se transformam em fragmentos utópicos de uma nova ordem a ser construída. (ALVES, 1984, p. 101).

Com efeito, é importante dizer que utopia nada tem a ver com uma ideia falsa ou inalcançável, mas como um lugar, uma realidade a ser construída. Sem utopias não há esperança, pois utopias são desejos de dias, cidades, sociedades e pessoas melhores. Dessa maneira, religiões são utopias, pois apontam para uma nova era e inauguram a esperança de dias melhores dentro de cada pessoa.

### **2.3 A religião e suas dimensões ética e política**

Após se abordar a religião em si, sua organização, dimensão normativa e relacioná-la com a busca por sentido e com o desejo, passa-se agora a uma reflexão sobre as suas dimensões

ética e política, tendo em vista compreender um pouco mais como o fenômeno religioso pode colaborar com os desafios da sociabilidade ética.

Diversos autores modernos e contemporâneos teceram duras críticas à religião. Dentre eles vale destacar o sociólogo alemão do século XIX, Karl Marx, para quem a religião é o ópio do povo, isto é, alucinação, alienação e parte da superestrutura social que está alinhada aos interesses da classe dominante, isto é, da burguesia. Entretanto, ao contrário do que Karl Marx acreditava, a religião também apresenta um caráter revolucionário, isto é, de oposição à classe dominante. Obviamente não se pretende negar aqui que a religião pode ser utilizada por muitas pessoas para promover alienação, mas se deseja também recordar que ela pode, foi e continua sendo utilizada como uma forma de promover diversas e positivas transformações sociais.

Olhando para a história do povo hebreu, descrita pela tradição judaica e cristã, é possível perceber o surgimento de diversos profetas, tendo seus dizeres escritos no Antigo Testamento. Esses líderes religiosos, longe de serem adivinhos ou de concordarem com a exploração social, denunciavam as injustiças sociais e anunciavam uma realidade nova a ser construída a partir da perspectiva de um Deus justo e misericordioso. Para Rubem Alves, isso ocorreu

[...] porque eles entendiam que o sagrado, a quem davam o nome de vontade de Deus, tinha a ver fundamentalmente com a *justiça* e a *misericórdia*. Em suas bocas tais palavras tinham um sentido político e social que todos entendiam. (ALVES, 1984, p. 103).

A situação do povo hebreu era terrível. O Estado crescia e estava nas mãos de uma elite. Devido aos altos impostos cobrados sobre os mais pobres, sobretudo das pequenas comunidades rurais, a fome e a desigualdade social cresceram muito. As pequenas propriedades eram vendidas para os grandes latifundiários que dominavam a sociedade. É nesse contexto que surgiram os profetas, não como anunciadores de uma vida boa no futuro ou após a morte, mas como denunciadores das injustiças cometidas e das práticas de opressão. O discurso não era escatológico<sup>1</sup>, mas ético e político. Assim, uma nova mentalidade e uma nova perspectiva religiosa floresceu: “instaurou-se com os profetas um novo tipo de religião, de natureza ética e política, e que entendia que as relações dos homens com Deus têm de passar pelas relações dos homens, uns com os outros” (ALVES, 1984, p. 104). Com efeito, vale observar que, ao contrário de ópio, como acreditava Marx, o discurso religioso assume muitas vezes um caráter revolucionário, crítico e capaz de colocar homens e mulheres em ação para que se construa uma

---

<sup>1</sup> Termo da teologia que trata das fases finais do ser humano, dentre elas do juízo universal e do que acontece após a morte (ABBAGNANO, 1970).

sociedade mais justa, fraterna e solidária. E é exatamente isso que se percebe quando se olha para a figura dos profetas hebreus.

[...] Em oposição a esta falsa religião que sacralizava o presente eles teceram, com as dores, tristezas e esperanças do povo, visões de uma terra sem males, uma utopia, o Reino de Deus, em que as armas seriam transformadas em arados, a harmonia com a natureza seria reestabelecida, os lugares secos e desolados se converteriam em mananciais de águas, os poderosos seriam destronados e a terra devolvida, como herança, aos mansos, fracos, pobres e oprimidos. [E provável que os profetas tenham sido os primeiros a compreender a ambivalência da religião: ela se presta a objetivos opostos, tudo depende daqueles que manipulam os símbolos sagrados. Ela pode ser usada para iluminar ou para cegar, para fazer voar ou paralisar, para dar coragem ou atormentar, para libertar ou escravizar. (ALVES, 1984, p. 105-106).

Aqui se encontra a essência da religião vivenciada pelos profetas hebreus: ela é de natureza ética e política. Trata-se de uma religião que procura transformar para melhor as pessoas e a sociedade, tendo em vista a construção de um mundo mais solidário e inclusivo. Desse modo, a terra prometida<sup>2</sup> prefigurada na tradição hebraica, ou o Reino de Deus prefigurado na tradição cristã, não são apenas lugares a se chegar, mas uma realidade a se construir no agora da vida.

É exatamente essa a perspectiva que fundamenta, por exemplo, o cristianismo em sua essência. Obviamente hoje existem várias vertentes do cristianismo, desde as mais conservadoras até as mais liberais, desde as que enfatizam mais relação entre o ser humano e Deus, as que enfatizam mais a relação entre os seres humanos. Ambas as visões parecem esquecer que o cristianismo originário, aquele ensinado por Jesus de Nazaré, busca estreitar a relação entre o ser humano e Deus para melhorar a relação entre os seres humanos. É nesse contexto que o cristianismo se apresenta como revolucionário, pois retira o véu do fundamentalismo, do legalismo e do formalismo religioso que muitas vezes impedem que os seres humanos se vejam ao olharem para Deus.

Leonardo Boff ilustra isso com as seguintes palavras:

a conversão que Jesus cobra é a transformação espiritual. Ele quer que realizemos a essência da espiritualidade, como definiu Dalai-Lama, aquilo que produz uma transformação em nosso interior. Mas essa transformação não começa e não termina no interior de cada ser. A partir do interior, ela desencadeia uma rede de transformações na comunidade, na sociedade, nas relações com a natureza e com o universo inteiro. (BOFF, 2001, p. 35-36).

---

<sup>2</sup> Local descrito na Bíblia para onde Moisés conduziu o povo Hebreu após a escravidão do Egito (BÍBLIA, Gn 12:1-5, 1994).

Dentro dessa perspectiva, as religiões podem se apresentar como um caráter transformador, tanto a nível pessoal como a nível social/político. Se a perspectiva de Karl Marx estivesse correta, a religião, sendo determinada pela infraestrutura social, estaria ligada sempre ao poder econômico e compactuaria com a ordem social posta. Ocorre, porém, que ela se apresenta, em vários períodos e por meio de grandes profetas, contrária à injustiça, à pobreza, enfim, contrária aos poderosos e a ordem vigente. Isso não significa que Marx esteja totalmente equivocado, afinal muitas religiões realmente andam de mãos dadas com o poder. O problema é a generalização.

Devido a esse espírito revolucionário da religião, muitas pessoas foram presas, torturadas e morreram, pois, quem está no poder e goza de privilégios não pleiteia por mudanças. Rubem Alves reforça essa ideia afirmando o seguinte:

mas os mártires têm aparecido: Gandhi, Martin Luther King, Oscar Romero e muitos outros líderes religiosos são intimados, perseguidos, ameaçados, expulsos, presos... Isto não aconteceria se fossem aliados do poder. (ALVES, 1984, p. 114).

Diante disso, causa estranheza uma religião que não se apresenta como profética e transformadora, isto é, que não se compromete com a transformação social, que se cala diante das injustiças sociais, que se reveste de legalismo, enfim, que aliena o seu humano. A religião, nessa perspectiva, se apresenta como ética, pois pode colaborar para a transformação do ser humano, mas também se apresenta como política, pois pode trabalhar para a transformação social. Deus, nesse sentido, mais do que um símbolo de afeto, “é o protesto e poder dos oprimidos” (ALVES, 1984, p. 114).

Outro grande pensador que fez duras críticas a religião, especificamente ao cristianismo, foi o filósofo alemão, também do século XIX, Friedrich Nietzsche, ao afirmar que Deus estaria morto. A afirmação acerca da morte de Deus está intimamente ligada a visão que Nietzsche tinha do cristianismo, pois, para ele, ele é o maior responsável pelo enfraquecimento do espírito humano, pois, apresenta um Deus que nega a vida, isto é, que enfraquece os instintos, que nega a vontade de potência e, conseqüentemente, cria homens fracos. Nietzsche ilustra isso ao narrar o encontro de Zaratustra<sup>3</sup>, que havia descido das montanhas depois de longos anos, com um ancião “santo”. Depois que o ancião disse que louvava a Deus no bosque por meio de hinos, Zaratustra se pergunta se aquele ancião não teria ouvido que Deus está morto: “Será possível

---

<sup>3</sup> Zaratustra é um tipo de profeta fundador do Zoroastrismo na Antiga Pérsia e que aparece nas obras de Nietzsche, especialmente na obra *Assim falava Zaratustra* (1883-1885) (NIETZSCHE, 1965).

que este santo ancião ainda não ouvisse no seu bosque que Deus já morreu?” (NIETZSCHE, 1965, p. 7).

Algumas observações precisam ser feitas a partir dessa ideia. Nietzsche parte de uma perspectiva de cristianismo, mas essa perspectiva não representa o cristianismo em sua totalidade. O autor trata de um tipo de religião que teria virado as costas para a realidade e estaria preocupada apenas com o que existiria após a vida, isto é, que em nada agregaria a existência terrena. Porém, como já elucidado, é perfeitamente possível pensar a religião e, portanto, também o cristianismo, não como negação da vida, mas como um caminho para que a vida seja vivida e afirmada dentro de uma sociedade justa. Ademais, o desenvolvimento das potencialidades humanas requer um ambiente favorável a isso. Dessa maneira, existem diferentes perspectivas cristãs, sendo um equívoco a generalização. Além disso, é preciso se perguntar o que significa a morte de Deus no pensamento de Nietzsche, pois a crítica proferida pelo filósofo se direciona à questão da criação de um além mundo, uma destinação das pessoas em detrimento de uma experiência existencial que considerasse a afirmação da vida a partir do *amor fati*. *Factum*, no latim, significa amor aos fatos, aos acontecimentos que virão de forma necessária, ocasionados por outras forças. Amor em aceitar a realidade, o destino na condição em que a pessoa se encontra e, a partir dessa realidade, atuar, superar e se fortalecer mesmo nas adversidades e sofrimentos. Amor é afeto e força que aumenta no ser humano a capacidade de agir. A ciência, o iluminismo e o pragmatismo capitalista acabaram com a centralidade do pensamento teológico de destinação humana. Por isso Deus está morto e foram os homens que o mataram.

Rubem Alves, interpretando a tese da morte de Deus proposta por Nietzsche, explica que

a morte de Deus, assim, se apresenta como um silêncio túrgido de significações antropológicas e culturais. Vivemos em uma época que proibiu o mistério – que o relegou aos “primitivos”, ignorantes e doentes. Porque o grande dogma do mundo que se chama científico é que a realidade é autoexplicativa, e que a razão dispõe dos instrumentos para decifrar o enigma que lhe é proposto. Talvez que, ao invés de falar da morte de Deus, seria mais correto falar do “eclipse de Deus”, como Martin Buber sugere. (ALVES, 1984, p. 61).

Com efeito, a morte de Deus, não parece ser a morte da transcendência, o que empiricamente seria impossível afirmar. Trata-se, portanto, da morte de um tipo de leitura e de compreensão da realidade, alicerçada na metafísica platônica. Isso se explica, pois o paradigma moderno passou a ser a razão e não a fé. Desse modo, a razão passa a ser compreendida como

protagonista, inventora e criativa e não apenas como um recipiente de informações. Assim, a morte de Deus parece significar a morte de um tipo de cultura, isto é, de um modo de ser no mundo. Sobre isso Rubem Alves (1984, p. 60) diz:

Será o anúncio da morte de Deus o obituário de um ser eterno? Não é bem isto. O que está em jogo é a constatação de que as estruturas de pensamento e de linguagem que o teísmo oferecia entraram em colapso. Chegou ao fim uma certa visão de universo.

Mas, se “Deus morreu”, se o paradigma cultural mudou, então por que a religião continua presente e atuante no mundo? Não teria também ela que morrer? Para responder a tais perguntas é preciso retomar algumas das ideias já postas e considerar que existem questões importantes levantadas pelos seres humanos que escapam do alcance científico. Um exemplo é a morte. A ciência pode explicar biologicamente a morte, mas não o significado da morte. O mesmo raciocínio se aplica à felicidade. A ciência pode explicar os diversos processos neurológicos que acontecem no cérebro humano e que produzem a sensação de felicidade, mas não pode explicar o que é a felicidade em si. Outro exemplo é a vida. A biologia explica como a vida surge e como ela termina, mas se cala a respeito do sentido da vida. É exatamente aqui que a religião ganha voz, não para explicar cientificamente tais questões, mas como voz de ânimo, consolo, motivação e de esperança para as pessoas. Nesse sentido, Rubem Alves afirma que

[...] a intenção da religião não é explicar o mundo. Ela nasce, justamente, do protesto contra este mundo que pode ser descrito e explicado pela ciência. A descrição científica, ao se manter rigorosamente dentro dos limites da realidade instaurada, sacraliza a ordem estabelecida das coisas. A religião, ao contrário, é a voz de uma consciência que não pode encontrar descanso no mundo, tal como ele é, e que tem como seu projeto utópico transcendê-lo. (ALVES, 1984, p. 53).

Dessa forma, o ser humano, por ser dotado de racionalidade, não aceita a realidade tal qual ela é, como fazem os demais animais. Ele quer entendê-la, dar sentido a ela e transformá-la. Aí está a sua utopia. Aí está a religião. Os símbolos religiosos, dessa maneira, continuam presentes e atuantes, mesmo com o tecnicismo e o cientificismo, pois o ser humano é um ser ontologicamente<sup>4</sup> de transcendência.

Rubem Alves, aprofundando a questão, afirma que símbolos religiosos não são retratos de entidades que se movem no mundo das coisas. Símbolos religiosos são expressões de

---

<sup>4</sup> A ontologia é a metafísica, isto é, a ciência primeira para Aristóteles que estuda o ser enquanto ser (ABBAGNANO, 1970).

experiências da vida” (ALVES, 1984, p. 56). Entretanto, o pensador brasileiro salienta que a consciência não se constrói sobre o nada, mas se revela como uma relação entre o ser humano e o mundo. Dessa maneira, antes da projeção é necessário a introjeção das experiências. Isso significa que as expressões religiosas são manifestações de experiências realizadas pelo ser humano ao longo de seu caminhar (ALVES, 1984).

É importante observar, sobretudo nesses tempos em que parecem surgir posturas anticientíficas, que não se pretende negar a importância da ciência para a humanidade. Isso seria tolice! A ciência é fundamental para o progresso econômico, técnico, informacional, para a cura de diversas doenças, enfim, sua importância é imensurável. O que se coloca aqui é que o ser humano também precisa de caminhos para se compreender, significar a sua vida, orientar-se socialmente, enfim, ele não busca apenas viver, mas um “por que” viver e tais caminhos parecem escapar do alcance da ciência.

Assim sendo, a suposta morte de Deus e o projeto positivista<sup>5</sup> não foram capazes de sepultarem a religião. Ela continua viva e atuante, pois o mesmo ser humano que busca respostas objetivas por meio da ciência, busca também significado para sua existência, para suas relações, bem como procura vislumbrar a “Terra Prometida”, o “Reino de Deus”, ou seja, uma sociedade mais justa e solidária.

O fenômeno religioso, como se percebe, é complexo e não pode ser abordado de uma forma simplista/reducionista. De fato, a religião, com toda a sua organização, apresenta-se como um caminho pelo qual o ser humano pode responder às questões importantes e fundamentais em sua vida. Assim, a vida, a morte, as relações estabelecidas, o sofrimento, a moral, enfim, a cultura como um todo, ganham significado e fazem com que a existência humana seja mais sensível e significativa.

A ciência moderna, empirista e positivista, embora busque explicar com exatidão os fenômenos da realidade, parecem não possuírem condições para explicar as questões levantadas e que são fundamentais para a existência humana. Rubem Alves salienta que “a ciência nos coloca num mundo glacial e mecânico, matematicamente preciso e tecnicamente manipulável, mas vazio de significações e indiferente ao nosso amor” (ALVES, 1984, p. 121). Com efeito, a religião se apresenta como uma via de sentido capaz de tranquilizar a alma humana.

Pelas razões expostas, nota-se que a religião não deve ser compreendida como um acessório irrelevante e descartável da vida social. Ao contrário, ela deve ser compreendida

---

<sup>5</sup> Positivismo foi um termo utilizado por Saint-Simon e adotado por August-Comte para designar, dentre outras coisas, o desenvolvimento da humanidade que culminaria no cientificismo (ABBAGNANO, 1970).

como um fenômeno ativo, criativo e transformador que age sobre o indivíduo, sobre a sociedade, sobre a cultura e, claro, sobre a educação. Assim, sendo a religião um fenômeno social, por mais que uma pessoa não creia na existência de Deus, não pode ignorar a existência da religião, sobretudo na forma como ela corrobora na formação (educação) do ser humano (TOSCANO, 2001).

Busca de sentido, desejo, utopia, revolução, enfim, muitos foram os termos utilizados para significar a religião. Contudo, um, embora implicitamente presente, passou despercebido e escondido: “esperança”. Esperança não como espera, mas como esperar, isto é, acreditar que é possível a construção de um mundo melhor, onde desenvolvimento econômico e meio ambiente se deem as mãos, onde as desigualdades sejam diminuídas e onde a cor da pele não faça diferença. Sobre isso, Rubem Alves afirma: “Deus e o sentido da vida são ausências, realidades por que se anseia, dádivas de esperança. De fato, talvez seja esta a grande marca da religião: a esperança” (ALVES, 1984, p. 128).

Sendo fonte de esperança, a religião pode colocar o ser humano em ação para a construção de um mundo melhor. Não perfeito, mas melhor. Aí entra a possibilidade de se pensar a religião com influência na sociabilidade ética. Não se trata, portanto, de uma religião negadora do mundo, mas transformadora do mundo; não se trata de uma religião que nega a vida, mas que luta para que a vida seja vivida com dignidade por todos.

Por fim, vale mencionar aqui a conversa que Leonardo Boff entretiveu com Dalai-Lama e que sintetiza bem o que se apresentou. Ao perguntar a Dalai-Lama sobre qual seria a melhor religião, este respondeu: “aquilo que te faz mais compassivo, aquilo que te faz mais sensível, mas desapegado, mais amoroso, mais humanitário, mais responsável... A religião que conseguir fazer isto de ti é a melhor religião” (BOFF, 2001, p. 46).

Assim sendo, refletir sobre a religião é refletir sobre uma das mais importantes e influentes instituições educadoras de todas as sociedades. Por essa razão, se a educação deve ser pensada de modo integral, oferecendo aos estudantes conhecimento técnico e os preparando para o exercício da cidadania, então a educação passa pelas dimensões ética e política. Logo, se falar de ética é falar de normas e princípios que orientam a ação humana em determinada sociedade, então é preciso abordar o tema “Religião”, pois as religiões são instituições normativas e educadoras que podem e devem colaborar para a formação de um ser humano mais sensível, ético, solidário, capaz de dar sentido à sua existência e às suas relações, comprometido com a transformação social, enfim, para a formação de um ser mais humano.



### 3 O CRISTIANISMO

Após uma explanação do que vem a ser religião, algumas de suas características, organização, possíveis causas e a sua intensa relação com a cultura e com a educação, acredita-se ser importante direcionar esforços para a compreensão de uma das mais importantes e influentes religiões do mundo, sobretudo no ocidente e, mais especificamente, no Brasil: o cristianismo.

Vale ressaltar a influência do cristianismo, assim como qualquer outra religião, não se restringe ao aspecto religioso, mas como já afirmado perpassa a moral, a política, a economia, a arte, a filosofia e a educação. Com efeito, para compreender a sociedade, sobretudo a ocidental, é fundamental compreender cristianismo, pois ele está presente em diversas áreas da sociedade por muitos séculos:

o cristianismo é a filosofia de vida que mais fortemente caracteriza a sociedade ocidental. Há 2 mil anos permeia a história, a literatura, a filosofia e a arquitetura da Europa. Assim, conhecer o cristianismo é pré-requisito para compreender a sociedade e a cultura em que vivemos. (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 137).

Diante disso, sendo o cristianismo a religião mais influente no ocidente e particularmente no Brasil, parece ser necessário responder a algumas perguntas: o que é o cristianismo? Como surgiu? Quais os seus princípios? Como ele se faz presente no Brasil? Quais suas vertentes? Tais questões serão abordadas a partir de agora.

O termo “cristianismo” é utilizado para designar a religião que tem como “fundador” Jesus Cristo, o qual os cristãos creem ser o filho de Deus, o salvador prometido pelos profetas no Antigo Testamento e que foi crucificado, morto, sepultado, mas que ressuscitou, segundo a tradição cristã. Contudo, embora o cristianismo se constitua uma só religião, ele foi desmembrado em diversas Igrejas e denominações, sobretudo a partir da Reforma Protestante no século XVI (ZILLES, 1997).

Diante disso, pensa-se ser importante refletir sobre a história dessa religião, a fim de se compreender um pouco mais a sua origem, seu desenvolvimento, suas ramificações e suas doutrinas, pois, como já elucidado, compreender o cristianismo é fundamental para uma maior compreensão das sociedades ocidentais, especialmente a sociedade brasileira.

Para tanto, discutir-se-á a origem do cristianismo, algumas das ramificações da experiência cristã e a presença do cristianismo no Brasil, expressa através da Igreja enquanto instituição, do catolicismo popular, das redes de comunidades e da espiritualidade carismática.

Diante disso, acredita-se ser possível uma visão mais plural do cristianismo, especificamente do cristianismo vivenciado na sociedade brasileira.

### 3.1 Origem do cristianismo

Jesus Cristo é um nome marcante não apenas para as religiões, mas para a história em si, uma vez que a própria história se divide em antes e depois Cristo (a.C d.C). Profeta, filósofo, idealizador, sonhador, louco, militante, revolucionário, enfim, diversos foram os adjetivos dados a ele ao longo dos séculos. Contudo, um deles é o mais marcante e o que faz o cristianismo diferente de todas as outras religiões, inclusive as monoteístas: Filho de Deus. De fato, é somente no Cristianismo que o fundador é reconhecido pelos seus adeptos como o Filho de Deus, sendo, não um simples profeta como foram os profetas hebreus, no caso do judaísmo, e como foi o próprio Maomé, no caso do islamismo. Para o Cristianismo, Jesus é próprio Deus feito homem (ZILLES, 1997).

Essa dimensão divina de Jesus aparece no próprio “nome”. Nos evangelhos se encontram diversos “nomes” dados a Jesus, sendo um deles o de “Messias”. O nome “Messias” significa “ungido” e faz referência a forma como o rei de Israel era ungido com óleos antes de subir ao seu trono. Com o tempo, os judeus passaram a chamar de “Messias” o novo rei que chegaria e conduziria o povo de Israel à soberania social e política. Entretanto, em grego, Messias significa “*Christos*”, o que indica que o nome Jesus Cristo quer indicar que ele é o rei ungido e esperado, o Messias que viria para salvar o povo de Israel (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000). Evidentemente a maioria dos judeus não acreditaram nisso, tanto é que, em acordo com os romanos, o pregaram em uma cruz.

Sobre a biografia de Jesus, quase tudo o que se sabe foi descrito nos evangelhos e remete a sua vida pública, ou seja, ao início de sua pregação. Poucas informações se têm sobre a sua infância e adolescência. Zilles (1997, p. 80) comenta sobre o nascimento de Jesus Cristo o seguinte:

Não se pode afirmar com exatidão a data do nascimento de Jesus. O evangelho de Lucas assim narra: “Naqueles dias saiu um decreto de César Augusto ordenando o recenseamento de toda a terra. Este foi o primeiro recenseamento de Quirino na Síria. Todos iam alistar-se, cada um em sua cidade. Também José subiu da Galileia, da cidade de Nazaré, para a Judéia, à cidade de Davi, chamada Belém, porque era da casa e família de Davi, para se alistar com Maria, sua esposa, em estado de gravidez... estando ali, completaram-se os dias para o parto, e ela deu à luz o filho primogênito. Envolveu-o em panos e o deitou numa manjedoura, por não haver lugar na hospedaria.” (Lc 2:1-7).

Após o seu nascimento, alguns evangelhos narram a perseguição realizada por Herodes ao menino, bem como a fuga de Maria, José e menino Jesus para o Egito. Narram ainda a apresentação de Jesus no templo, como era o costume judaico naquela época. Apenas isso.

Já sobre a juventude de Jesus há apenas um breve relato no evangelho de Lucas, no capítulo 2, do versículo 40 ao versículo 53. Nesse trecho é narrado um diálogo entre Jesus e os mestres da lei no templo, quando ele foi à Jerusalém com seus pais por ocasião da Páscoa (BÍBLIA, Lc 2:40-53, 1994). Após este episódio, as ações realizadas por Jesus são narradas a partir de seus 27 ou 28 anos de idade, quando inicia a sua vida pública (ZILLES, 1997).

Eliade e Couliano (1995, p. 102) comentam o seguinte sobre a vida pública de Jesus: “o Jesus dos Evangelhos é filho de Maria, esposa do carpinteiro José. Depois de ser batizado por João Batista, profeta que depois foi condenado à morte pelo rei fantoche Herodes, Jesus começa a pregar e fazer milagres”. Aqui alguns elementos merecem destaque. Em primeiro lugar, percebe-se que Maria é apresentada como a mãe de Jesus, mas José, seu esposo, não é apresentado como o pai de Jesus. A razão disso é que a tradição cristã entende que Jesus é filho biológico de Maria, mas que ela o concebeu virgem, pela ação do Espírito Santo, sendo Deus o próprio Pai de Jesus e José o seu pai adotivo:

No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia chamada Nazaré, a uma jovem, prometida em casamento a um homem chamado José, da família de David; essa jovem se chamava Maria. O anjo veio à presença dela e lhe disse: “Alegra-te, ó tu que tens o favor de Deus, o Senhor está contigo”. A estas palavras ela ficou grandemente perturbada, e se perguntava o que poderia significar esta saudação. O anjo lhe disse: “Não temas, Maria, pois obtiveste graça junto a Deus. *Eis que engravidarás e darás à luz um filho, e lhe darás o nome de Jesus.* Ele será grande e será chamado filho do Altíssimo. O Senhor Deus lhe dará o trono de David, seu pai; ele reinará para sempre sobre a família de Jacó, e o seu reino nunca terá fim”. Maria disse ao anjo: “Como se fará isso, visto que não tenho relações conjugais?” o anjo lhe respondeu: “O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo te cobrirá com sua sombra; e por isso aquele que vai nascer será santo e será chamado filho de Deus.” (BÍBLIA, Lc 1:26-35, 1994, p. 1968).

Em segundo lugar, vale destacar que a vida pública de Jesus se inicia com o batismo realizado por João Batista. A partir daí Jesus reúne discípulos e apóstolos e passa a anunciar o Reino de Deus. Reino este, que mais do que um lugar a se chegar após a morte, é um estilo de vida que tem como aspecto central o amor a Deus e ao próximo. Nas palavras de Zilles (1997, p. 81)

Jesus reuniu discípulos, a alguns chamou apóstolos, pregando o reino de Deus. Mostra uma coerência entre mensagem, obras e comportamentos. Quando os ouvintes o perguntam pelos sinais do Reino de Deus, responde: “Amai-vos

uns aos outros como eu vos amei”. Coloca, pois, no centro de seus ensinamentos o amor.

O amor, nesse sentido, aparece como a centralidade da religião cristã. Não se trata, portanto, apenas de uma relação que o ser humano estabelece com Deus através de ritualismos ou de diversas obrigações religiosas, mas de uma relação com Deus que transforma positivamente a relação entre as pessoas. É por isso que Jesus aparece nos evangelhos realizando sinais extraordinários e dialogando com pessoas rejeitadas pelo judaísmo da época: adúlteras, prostitutas, cobradores de impostos, leprosos, samaritanos, dentre outros.

Devido à sua vida, a adesão das pessoas e sua mensagem revolucionária, Jesus foi condenado à morte pelos judeus (causa religiosa) e pelos romanos (causa política), sendo crucificado, pena destinada aos piores criminosos da época. Entretanto, ele ressuscitou, segundo a tradição cristã. Sobre isso Zilles afirma:

“Morreu na cruz e ressuscitou dos mortos. O que aos olhos humanos parecia um fim-fim, foi um começo novo. Eles seguidores, pela primeira vez, foram chamados “cristãos” em Antioquia, cerca do ano 43 da nossa era (At 11, 26)”. (ZILLES, 1997, p. 81).

Como se percebe, a vida de Jesus, desde o seu nascimento até a sua morte e ressurreição, é cercada de mistérios e isso desperta a curiosidade de diversos pesquisadores de diferentes áreas. Embora se possa questionar se Jesus é ou não é Deus, se ressuscitou ou não, não se pode questionar que o cristianismo é um fato histórico e social que sobreviveu à inúmeras perseguições, bem como ao tempo, ao cientificismo e continua atuante em diversas áreas sociais, sobretudo na cultura ocidental e, mais especificamente, no Brasil.

Após o relato da ressurreição de Jesus, o cristianismo começou a se espalhar, mesmo com inúmeras perseguições por parte dos judeus e dos romanos. De fato, os seguidores de Jesus viviam escondidos e os apóstolos foram assassinados, com exceção de Judas Iscariotes que se matou e do outro João, o evangelista, que morreu de causas naturais devido a idade avançada. Foi apenas no século IV que cessaram as perseguições e os cristãos passaram a gozar de liberdade religiosa. Nas palavras de Zilles (1997, p. 81)

o cristianismo expandiu-se rapidamente, apesar das perseguições. No ano 313 passa a ser religião liberada no Império Romano, e em 368 a religião oficial. Com o tempo veio a ser o grupo religioso mais numeroso e de maior influência ético-cultural.

Certamente essa difusão do cristianismo se deve a figura do apóstolo Paulo. Ele foi um dos ideólogos do cristianismo. Seu nome era Saulo e ele era cidadão romano e fariseu. Proveniente de uma família rica teve a possibilidade de estudar educação clássica e obter uma excelente formação na *Torá*. Em um primeiro momento ele foi um severo perseguidor dos cristãos, mas acabou se convertendo e se tornou o principal difusor do cristianismo fora do judaísmo, chegando à Europa por volta do ano 48 d.C. (ELIADE; COULIANO, 1995).

Grande Parte do Novo Testamento é atribuída a Paulo. Ele teria escrito diversas cartas às Igrejas que fundou dando a elas prescrições normativas e instruindo-as na fé, escrevendo, dessa maneira, as bases doutrinárias do cristianismo. Por essa razão o já citado filósofo alemão Friedrich Nietzsche, ferrenho crítico do cristianismo, acredita que o cristianismo atual é mais de Paulo do que de Cristo, dado o seu rigor normativo, próprio de um fariseu, e seu vasto conhecimento filosófico, próprio de quem foi bem instruído na filosofia clássica.

Quanto ao desenvolvimento histórico do cristianismo, em termos cronológicos, Zilles afirma que pode ser dividido em três grandes períodos:

a) *antiguidade* (séc. I a V): nas estruturas do Império Romano; b) *medieval* (séc. V a XV): intimamente relacionado com as novas estruturas europeias, nas quais desenvolve papel decisivo; c) *séculos XVI a XX*: período marcado pelo processo de secularização e autonomia dos valores temporais e pela expansão ultramarina que deu ao cristianismo dimensões realmente universais. (ZILLES, 1997, p. 81).

É importante ressaltar, diante disso, que o cristianismo, estando situado dentro da história, passou por muitas transformações, não podendo ser pensado o mesmo desde a sua origem. E é aqui que entra o desafio de procurar, em meio a tantas possibilidades e transformações, a originalidade do cristianismo, isto é, o que é essencial para esta religião desde sua fundação como caminho espiritual.

Uma das coisas importantes a ser notada na história do cristianismo é a força política e intelectual que ele ganhou na Idade Média. Isso se deu pelo fato de o ceticismo, corrente filosófica do período helenístico, ter abalado a confiança na capacidade de conhecimento do ser humano. Vale lembrar que os cétricos, dentre eles Pírron, negavam a possibilidade de se chegar à verdade e acreditavam que tudo seria questão de opinião. Logo, o melhor a se fazer é se calar e não emitir juízo algum:

partindo do princípio de que as coisas são inatingíveis ao conhecimento humano, Pírron conclui que para o homem a única atividade cabível é a

suspensão (*epoché*) total do juízo: não se pode afirmar de coisa alguma que seja verdadeira ou falsa, justa ou injusta, e assim por diante. (MONDIN, 1985, p. 117).

O problema do ceticismo é que, por trás do véu da pluralidade e da tolerância, se esconde a impossibilidade do conhecimento, o que contraria o próprio espírito da filosofia, isto é, a busca pela verdade por meio do método dialético<sup>6</sup> que rememora à filosofia socrática. Ademais, há uma contradição lógica no ceticismo, pois ele se apresenta como verdade negando a existência de qualquer tipo de verdade.

Abalada a confiança na capacidade cognitiva do ser humano, a atenção se volta para outras direções, dentre elas para a religião, a fim de se encontrar respostas para os diversos problemas que perpassam a existência humana. Dessa maneira, diante do grande crescimento do cristianismo no mundo greco-romano, muitos intelectuais se dirigiram para a religião e elaboraram teses explicativas sobre a realidade, mesclando filosofia e cristianismo (MONDIN, 1985).

Essa união entre filosofia e cristianismo, entre razão e fé, com grande influência do platonismo em Santo Agostinho e do aristotelismo em Santo Tomás de Aquino, culminou no que ficou conhecida como Filosofia Cristã. Todavia, é importante ressaltar que

o cristianismo não é uma filosofia, mas uma mensagem de salvação, tendo sido reconhecida como tal desde o começo. Mas, com o passar do tempo, ele se tornou um fermento poderoso também para a renovação da filosofia, restituindo à razão a confiança em si mesma, isto é, na sua capacidade para resolver os problemas últimos que atormentam a alma humana. Com isso o cristianismo tirou a filosofia das areias nas quais fora atirada pelo cepticismo, e dirigiu-a para um caminho desimpedido e seguro. (MONDIN, 1985, p. 135).

A união entre cristianismo, política e filosofia irá caracterizar a civilização medieval. No aspecto político ocorreu a união da população cristã sob um único soberano e a aceitação da fé a partir da constituição civil (Sacro Império Romano). No que se refere a união entre filosofia e cristianismo, isto é, entre razão e fé, a razão passou a ser submissa à fé, pois se acreditava que não caberia à razão buscar a verdade, pois ela já teria se revelado em Jesus Cristo. Uma vez que a verdade já foi revelada, à razão cabe assimilá-la e divulgá-la (MONDIN, 1985).

Outro aspecto de grande relevância e que parece ter sido uma das maiores contribuições do cristianismo foi a fundação das primeiras universidades na chamada “Baixa Idade Média”,

---

<sup>6</sup> Diálogo em que há confronto de teses para se chegar a uma síntese (ABBAGNANO, 1970).

no final do século XI. Antes disso, os estudos ditos superiores se davam dentro dos mosteiros e visavam a formação de intelectuais da Igreja Católica. Entretanto, tais universidades não eram propriamente universidades como se concebe hoje. A primeira universidade, por exemplo, foi fundada na cidade de Bolonha, na Itália. Essa cidade já era um centro de cultura devido à “Escola de Artes Liberais”. Com o desenvolvimento desta “escola” emergiram diversas escolas episcopais e monásticas, dando origem a Universidade de Bolonha no ano 1088. Essa universidade atraiu inúmeros alunos de diversas partes da Europa durante muitos anos, pois era uma escola leiga, isto é, não era restrita ao clero (SIMÕES, 2013).

Desde então, diversas universidades foram fundadas na Europa: a universidade de Oxford (1096), a universidade de Paris (1150-1770) e a universidade de Modena (1175) na Itália. No início do século XIII surgem diversas outras universidades, tais como as universidades de Cambridge na Inglaterra (1209), a universidade de Salamanca (1218) na Espanha, a universidade de Montpellier (1220) na França, as universidades de Pádua (1222) e de Nápoles (1224) na Itália, a universidade de Toulouse (1229) na França, dentre outras (SIMÕES, 2013).

Quanto à didática praticada nessas universidades, embora variassem, duas formas eram adotadas por quase todas: a *lectio* (a leitura) e a *quaestio* (o questionamento). Basicamente, lia-se algum texto e depois abria-se para debate, promovendo, dessa maneira, aulas ricas em dialética e incentivando uma maior participação e discussão (SIMÕES, 2013).

Já no quesito titulação, os estudantes poderiam ser bacharéis ou licenciados. Após concluírem os cursos mediante a defesa oral de uma tese diante de uma banca de avaliadores, os estudantes recebiam o título de Bacharel. A Licenciatura, por sua vez, era obtida após dois anos, mediante a realização de estudos sob a orientação de um mestre. Somente a partir disso o estudante licenciado poderia ensinar (PAPAVERO, 1989).

Como se percebe, há uma forte relação entre o cristianismo e a educação, seja ela formal, como a fundação das primeiras universidades, ou informal, como orientação moral, social e política. Essa relação será atomizada a partir das diversas mudanças ocorridas na modernidade, dentre eles a reforma protestante, pois corroboraram para uma grande ramificação do cristianismo, ampliando a sua influência sobre os mais variados setores da sociedade.

### **3.2 Ramificações da experiência cristã**

O cristianismo romanizado perdurou até o século XVI como única vertente cristã. Porém, a partir da modernidade, especificamente da Reforma Protestante, diversas correntes

cristãs floresceram na Europa, espalharam-se mundo afora e passaram a fazer parte da vida da maioria das sociedades, influenciando na construção da identidade de diversos povos.

A Reforma Protestante data do ano de 1517, quando Martinho Lutero afixou 95 teses nas portas da Igreja de Wittenberg, na Alemanha. Embora fosse um acontecimento religioso, a reforma trouxe profundas e importantes transformações políticas, sociais, culturais e econômicas para a Europa (MONDIN, 1981). Vale notar que muitos setores da Igreja já desejavam realizar uma profunda reforma interna, a fim de resgatar o cristianismo que estava se perdendo dentro de uma pesada estrutura burocrática e política. É verdade que algumas tentativas já haviam sido realizadas através dos franciscanos e dos dominicanos, mas não foram suficientes, pois muitos eram os obstáculos de natureza política.

Battista Mondin descreve da seguinte maneira a grave situação interna da Igreja:

Cúria romana, cardeais e bispos eram corruptos, e os próprios papas agiam muitas vezes apenas como soberanos terrenos, envolvidos nas lutas políticas, esquecidos de sua missão fundamental, como sucessores de Pedro, de guias espirituais da cristandade. A ignorância, o laxismo e a superstição alastravam-se entre o povo cristão e o baixo clero; a sutileza e a vacuidade caracterizavam o pensamento dos teólogos, baixeiras e grosserias, os sermões dos pregadores, enquanto artistas e literatos se entregavam à indiferença, à imoralidade, à descrença. (MONDIN, 1981, p. 27-28).

Foi nesse contexto que Martinho Lutero, artífice da reforma, angustiado com a situação descrita e em desacordo com diversos aspectos da teologia vigente, escreveu suas teses que passaram a ser consideradas por muitos uma nova doutrina cristã. Uma dessas divergências, por exemplo, refere-se ao tema Salvação. Lutero acreditava que a salvação não se daria por meio das obras, mas unicamente mediante a fé. O catolicismo, por sua vez, crê que a salvação se dá pela fé e pelas obras. Diante disso, o cristianismo se ramificou e passou a ter diversas doutrinas e concepções sobre a vida, sobre o trabalho, sobre a morte, sobre o ser humano, sobre a sociedade, enfim, diversas cosmovisões floresceram a partir da reforma.

Zilles acrescenta que ocorreram várias reformas e as analisa da seguinte maneira:

As mais importantes foram *o Cisma do Oriente* (séc. XI) e a *Reforma Protestante* (séc. XVI). Daí resultam três grandes grupos do cristianismo: a Igreja Católica, as igrejas orientais e as igrejas protestantes. Desses grupos pode considerar-se a igreja católica como grupo uno; as igrejas orientais dividiram-se em várias igrejas nacionais independentes; as igrejas protestantes dividiram-se em grande número de igrejas, denominações e seitas, podendo duvidar-se do caráter cristão de alguma delas. (ZILLES, 1997, p. 81-82).



Assim sendo, pensa-se ser necessário abordar algumas das faces assumidas pelo cristianismo a partir da modernidade, a fim de se obter uma visão mais ampla sobre essa religião heterogênea e, a partir de então, poder pensar nas contribuições que a mesma pode oferecer para a sociabilidade ética no Brasil.

Como já elucidado, após a Reforma Protestante o cristianismo se dividiu em várias vertentes, desde as mais conservadoras até as mais liberais; desde as que pregam o desapego e a pobreza, as que pregam a prosperidade financeira; desde as mais ritualistas às mais espontâneas e emotivas. Dessa maneira, para ilustrar isso de forma mais objetiva, será apresentada no Quadro 1 algumas igrejas cristãs e alguns aspectos de suas doutrinas a fim de que se possa perceber as suas semelhanças e diferenças entre elas.

Quadro 1 – Quadro comparativo (Continua).

<b>Igreja Católica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhece a autoridade do Papa (compreendido como sucessor do apóstolo Pedro).</li> <li>• Possui ritos e sacramentos: batismo, penitência, eucaristia, matrimônio, ordem e unção dos enfermos.</li> <li>• Crê na Bíblia como palavra de Deus, mas a sua interpretação cabe ao magistério. Logo, não aceita a livre interpretação da bíblia.</li> <li>• Propaga o culto aos santos, sobretudo a Maria, a mãe de Jesus.</li> <li>• Possui uma estrutura múltipla e complexa: hierarquia no clero (bispos, padres e diáconos).</li> <li>• O sacramento da ordem é reservado apenas aos homens.</li> <li>• Aplica o celibato ao clero, exceto aos diáconos permanentes.</li> <li>• É permeada por várias correntes espirituais, dentre elas as tradicionalistas, as libertárias e as carismáticas.</li> <li>• Crê na infalibilidade do papa em termos de doutrina.</li> </ul>
<b>Igrejas Ortodoxas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Igrejas Orientais unidas na fé, doutrina, sacramentos e cultos.</li> <li>• Separaram-se da Igreja de Roma no Cisma de 1054.</li> <li>• Veneram os chamados Santos Padres.</li> <li>• São fiéis aos primeiros sete Concílios Ecumênicos (reunião de todos os bispos ortodoxos do mundo).</li> <li>• Rejeitam as teologias inovadoras.</li> <li>• Valorizam a liturgia e os ritos.</li> <li>• Têm como autoridade máxima o Concílio Ecumênico.</li> <li>• Creem na infalibilidade de toda a Igreja.</li> <li>• Os ensinamentos se dão através da Bíblia e da tradição.</li> <li>• Possuem cânones como regras eclesiásticas.</li> <li>• Professam o Credo Nicenoconstantinopolitano.</li> </ul>

Quadro 1 – Quadro comparativo (Continua).

<b>Igreja Luterana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Originou-se a partir da Reforma Protestante no século XVI.</li> <li>• Crê que apenas a Bíblia é fonte de fé.</li> <li>• Rejeita a tradição e o Magistério da Igreja.</li> <li>• Defende a livre interpretação da Bíblia por cada fiel.</li> <li>• Não crê que haja mediadores entre Deus e o crente. Logo, não cultua os santos.</li> <li>• Acreditam que a salvação se dá pela fé e não pelas obras.</li> </ul>
<b>Igreja Calvinista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É adepta à Teologia da Predestinação, segundo a qual Deus já teria predestinado os que serão salvos.</li> <li>• Valorização do trabalho como fonte de santificação.</li> <li>• Crê que apenas a Bíblia é fonte de fé.</li> <li>• Rejeita a tradição e o Magistério da Igreja.</li> <li>• Defende a livre interpretação da Bíblia por cada fiel.</li> <li>• Não crê que haja mediadores entre Deus e o crente.</li> <li>• Crê nos sacramentos como alimentos para a fé.</li> </ul>
<b>Igreja Anglicana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundada pelo rei Henrique VIII.</li> <li>• É separada da Igreja de Roma.</li> <li>• Possui hierarquia episcopal.</li> <li>• Professa a fé na transubstanciação da eucaristia.</li> <li>• Aplica o celibato dos sacerdotes.</li> <li>• Ministra a ordenação presbiteral para mulheres.</li> <li>• A Assembleia da Igreja possui poder legislativo.</li> <li>• Não possui dogmas.</li> <li>• Não possui um sistema teológico, pois crê que este limitaria a palavra de Deus.</li> <li>• A Coroa controla as nomeações dos bispos e o parlamento deve dar consentimento sobre os assuntos da fé e da liturgia.</li> </ul>
<b>Igreja Adventista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundador: William Miller (1782-1849).</li> <li>• Seita escatológica milenarista de origem americana.</li> <li>• Para eles Jesus voltará e reinará por mil anos. Após esse período virá o grande juízo.</li> <li>• Crê que a segunda vinda de Jesus está próxima.</li> <li>• Guarda o sábado como dia santo.</li> <li>• É fundamentalista no que se refere a Bíblia, isto é, interpreta os escritos bíblicos ao “pé-da-letra”.</li> <li>• Crê na trindade e na divindade de Jesus.</li> <li>• Crê que os mortos estão dormindo e serão despertados com a segunda vinda de Jesus, onde os justos ganharão a imortalidade.</li> <li>• Ministra o batismo apenas para os adultos.</li> <li>• Pratica a abstinência de carne, café, chá, álcool e fumo.</li> <li>• Tem grande preocupação com a saúde.</li> </ul>

Quadro 1 – Quadro comparativo (Conclusão).

<b>A Igreja Batista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surgiu na Holanda e na Inglaterra no início do século XVI sob a coordenação de John Smyth e Thomas Helwys e oposição à Igreja Anglicana.</li> <li>• Professa ser válido o batismo apenas por imersão e para adultos após a profissão de fé.</li> <li>• Entende que a única autoridade é a bíblia e que ela deve ser interpretada livremente.</li> <li>• Rejeita o magistério e a tradição.</li> <li>• Crê na Santíssima Trindade.</li> <li>• Defende a liberdade religiosa e a separação entre Estado e Igreja.</li> <li>• Os batistas são congregacionistas, isto é, cada comunidade é independente, não tendo uma autoridade unificadora.</li> <li>• Não cultuam os santos, nem a Maria.</li> </ul>
<b>O Pentecostalismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimento que surgiu nos EUA no século XX.</li> <li>• Está presente em diversas Igrejas, inclusive na Igreja Católica.</li> <li>• As celebrações são mais emotivas e alegres.</li> <li>• Crê no Batismo no Espírito Santo, como ocorreu com os primeiros cristãos (At 2).</li> <li>• Crê nos dons e carismas, sobretudo no dom das línguas.</li> <li>• Valoriza fenômenos extraordinários (milagres e curas, por exemplo).</li> <li>• Possui tendência ao fundamentalismo bíblico.</li> </ul>

Fonte: Zilles (1997).

Existem muitas outras igrejas cristãs no mundo e no Brasil. As que foram mencionadas acima não o foram porque são consideradas superiores, mas para que se possa perceber como o cristianismo se dividiu e ao mesmo tempo se multiplicou. Surgiram então diversos líderes, doutrinas, credos, sedes, ritos, liturgias, enfim, pode-se dizer que a reforma do século XVI atomizou a presença do cristianismo pelo mundo oferecendo um “cardápio” conforme o apetite do(a) fiel.

### 3.3 A(s) Doutrina(s) cristã(s)

Embora o cristianismo descenda do judaísmo, a doutrina cristã, ao contrário da judaica que compreende que Deus escolheu o povo de Israel e a ele destina a sua mensagem de salvação, possui um caráter universal por compreender que a revelação e a mensagem de salvação são para todas as pessoas, em todos os tempos e culturas (ZILLES, 1997). Nota-se que o termo “Revelação” figura com grande importância na teologia cristã. Segundo a tradição cristã, não foi o ser humano que foi até Deus, mas Deus veio até o ser humano, se revelou através de Jesus

Cristo e de sua mensagem. Essa mensagem é universal, pois se destina a todos os seres humanos. Dada a importância da mensagem cristã, ela foi guardada por séculos, reunida em livros e divulgada. Nasce aí o Novo Testamento e, por consequência, a Bíblia Cristã, um conjunto de livros escritos pelos apóstolos de Jesus que se unem e dialogam com o Antigo Testamento.

Assim como o Judaísmo e o Islamismo, o Cristianismo também figura como uma das chamadas “Religiões do Livro”, por manter o texto judaico (Antigo Testamento) e acrescentar a este o Novo Testamento, isto é, os evangelhos que narram o nascimento, a vida, a morte e a ressurreição de Jesus, os Atos dos Apóstolos, que narra as pregações dos apóstolos e a fundação das primeiras comunidades cristãs, as cartas que os apóstolos destinaram a tais comunidades e, por fim, o Apocalipse, texto que narra o fim dos tempos.

Zilles, analisando o teor da comunicação entre Deus e os seres humanos, diz o seguinte:

Em síntese, pode se dizer que o cristianismo, na sua essência, se compreende como a livre comunicação salvadora que Deus fez de si mesmo ao homem pecador, em Cristo; comunicação pessoal e ao mesmo tempo comunitária (igreja); que não se restringe a alma, mas atinge o homem todo e, através dele, o próprio universo material e toda a história. Realizando-se na história, apenas se consumirá totalmente para além do tempo (Escatologia). (ZILLES, 1997, p. 82).

Nessa perspectiva, a mensagem cristã busca atingir o ser humano em sua totalidade e não apenas a sua alma. Portanto, longe de ser uma preocupação apenas com a vida após a morte, o cristianismo se apresenta como a religião que se preocupa com a vida e deseja antecipar em cada sociedade o Reino de Deus, isto é, uma realidade marcada pelo amor, pela justiça e pela paz. De tal modo, o Cristianismo rompe os antagonismos alma e corpo, terra e céu, percebendo o ser humano em sua totalidade e buscando antecipar na terra a realidade do Reino de Deus.

Obviamente, para se compreender isso é necessário perceber que por trás das Igrejas, dos templos, dos ritos, dos pastores e dos sacerdotes, está a essência do cristianismo, isto é, a mensagem salvadora e libertadora de Jesus. Entretanto, sendo o cristianismo uma mensagem destinada a totalidade humana, destina-se a tudo o que compõe a realidade individual e coletiva, isto é, a ética, a política, a cultura, a educação e a economia.

Leonardo Boff, analisando a essência do cristianismo a partir da vida de Jesus, reflete sobre a sua espiritualidade da seguinte maneira:

estimo que Jesus Cristo teve duas experiências de base, verdadeiras pilstras que até hoje sustentam o cristianismo como caminho espiritual e como Igreja: uma experiência mística e uma experiência política. (BOFF, 2001, p. 32).

Nesse sentido, o cristianismo vivido e ensinado por Jesus parece ser um cristianismo que possui uma forte dimensão pessoal (mística), mas, paralela a essa, possui uma necessária dimensão política (social). Desse modo, compreender a espiritualidade cristã significa compreender a espiritualidade vivida e ensinada pela fonte do cristianismo: o próprio Jesus Cristo.

Para que se possa compreender isso melhor, acredita-se ser importante explorar um pouco mais essas dimensões. A dimensão mística e pessoal é a de se sentir filho de Deus. Em um contexto religioso em que ninguém poderia sequer pronunciar o nome de Deus, o Jesus histórico o chamou de pai, o *Abbá*. Na verdade, *Abbá* significa “paizinho”. Aqui reside a dimensão afetiva e amorosa do cristianismo. Deus não é “só” Deus, ele é Pai. E, sendo o criador também pai, os seres humanos são seus filhos.

Segundo Boff, pode-se até discutir sobre a consciência que Jesus tinha de si mesmo. Entretanto não se pode negar o fato de Jesus ter chamado Deus de pai, tampouco as implicações éticas e sociais que decorrem dessa relação:

indiscutível, porém, é o fato assegurado que Jesus chamou Deus de Paizinho e se chamou de Filho em sentido absoluto. Entre Pai e filho há uma natural correspondência. Quem diz Pai, diz também Filho. E quem diz Filho, diz também Pai. É uma questão de lógica, que em Jesus não era lógica, mas uma experiência de afeto, de amorosidade e de extrema intimidade. (BOFF, 2001, p. 33).

A dimensão mística, portanto, é a de se sentir filho amado de Deus e, por consequência, de ter a consciência de que todos os seres humanos são irmãos, pois todos são filhos de um mesmo pai. Certamente, se todos os seres humanos tivessem essa consciência, perceber-se-iam inúmeras consequências práticas para a sociedade, tais como o respeito à diversidade, aos animais e ao meio ambiente, a solidariedade entre os povos, o perdão, a justiça e o amor (BOFF, 2001).

A segunda experiência de Jesus é a dimensão político-religiosa. Ela se manifesta em sua pregação ao anunciar o Reino de Deus como uma realidade presente. Mas, o que é o Reino de Deus? Boff interpreta o Reino de Deus anunciado por Jesus da seguinte maneira:

Reino de Deus é aquela presença ativa e revolucionária de Deus dentro do universo: presença cósmica, comunitária, social, pessoal, presença íntima a

cada pessoa humana. Porque é dentro de cada pessoa que está o Reino de Deus, é a partir do interior de cada ser humano que Deus mesmo produz transformações. O Reino de Deus é a presença transformadora de um Deus que se cercou de nós e veio buscar o que é seu: seus filhos e filhas, para resgatá-los, purificá-los e assim transfigurá-los, a eles e a tudo o que os cerca, a natureza e o universo. (BOFF, 2001, p. 35).

A dimensão política da espiritualidade cristã se manifesta, portanto, na “práxis”, na ação-reflexão, na fé que se materializa na vida cotidiana e impulsiona o ser humano a construir o Reino de Deus, a Terra Prometida, isto é, uma sociedade mais fraterna e justa.

Rubem Alves corrobora com esse pensamento afirmando que ao viver assim a atividade política do ser humano “se torna, então, peregrinação na direção da terra prometida, construção de um mundo que ainda não existe” (ALVES, 1984, p. 112).

Diante disso, o cristianismo, em sua essência, parece ser caracterizado por uma profunda comunhão com Deus (*Abbá*), mas também pela disposição em construir o Reino de Deus dentro de cada sociedade. Em outras palavras, a experiência religiosa não é apenas subjetiva no cristianismo, mas deve ecoar para a sociedade e a transformar. A relação entre o ser humano e Deus, portanto, deve ter reflexo em sua vida social, em seus relacionamentos, em seu trabalho, no trato com as pessoas, com os animais e com o meio ambiente. Portanto, um cristianismo que exclui a dimensão política e social, que não trabalha para que a sociedade seja um lugar mais justo e solidário, que não fomenta a unidade respeitando a diversidade, enfim, que não atualiza o Reino de Deus na vida cotidiana, parece não estar em harmonia com a espiritualidade vivenciada e ensinada por Jesus.

Nesse contexto, o termo “conversão” merece destaque. Na linguagem religiosa conversão possui um duplo sentido: crer em Deus e ao mesmo tempo mudar de direção. Em outras palavras, conversão parece não significar apenas crer em Deus, afinal, como os antigos dizem, isso até o diabo faz. Conversão significa colocar o “trem da vida” nos trilhos da proposta cristã, isto é, do amor a Deus que se materializa no amor concreto ao próximo. Sobre isso Rubem Alves escreve que “ser convertido é morrer para nascer de novo. “Metanóia”: experimentar a dissolução de estruturas normativas da razão, para logo em seguida ver nascer uma nova razão como algo que se faz e desfaz” (ALVES, 1984, p. 118).

Uma questão que se coloca é a seguinte: se o cristianismo possui uma mensagem de amor, de justiça e de paz; se o cristianismo procura traduzir na vida social a experiência religiosa, por que, muitas vezes, as religiões, dentre elas o próprio cristianismo, se afasta desse ideal e acaba fomentando o oposto a isso? Algumas respostas seriam possíveis a tal questionamento, mas uma, em especial, merece destaque. Um dos obstáculos que muitas

religiões enfrentam, inclusive o próprio cristianismo, é o fundamentalismo, isto é, o ato de tomar ao pé da letra os textos sagrados, desconsiderando o seu contexto histórico, social, cultural e as intenções de quem os escreveu. Essa atitude acaba fechando a consciência das pessoas a uma única forma de interpretação, podendo acabar culminando na intolerância e até mesmo na violência.

Leonardo Boff define o fundamentalismo da seguinte maneira:

A tese dos fundamentalistas no âmbito religioso é afirmar que a Bíblia constitui o fundamento básico da fé cristã e deve ser tomada ao pé da letra. Cada palavra, cada sílaba e cada vírgula, dizem os fundamentalistas, é inspirada por Deus. Como Deus não pode errar, então tudo na Bíblia é verdadeiro e sem qualquer erro. Como Deus é imutável, sua Palavra e suas sentenças também o são. Valem para sempre. (BOFF, 2002, p. 13).

Essa postura está presente em muitas religiões e traz consigo o risco de se fechar ao diálogo, uma vez que há um sentimento de posse da verdade. Ora, se a verdade é posse de alguém, quem não concorda com ela passa a ser considerado errado, incrédulo ou herege. Daí surgem os conflitos, pois todas as religiões acreditam possuírem a verdade.

Nesse mesmo sentido, Boff ainda salienta que o fundamentalismo

não é uma doutrina. Mas uma forma de interpretar e viver a vida. É assumir a letra das doutrinas e normas sem cuidar de seu espírito e de sua inserção no processo sempre cambiante da história, que obriga a contínuas interpretações e atualizações, exatamente para manter a sua verdade essencial. Fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista. (BOFF, 2002, p. 25).

As origens dessa postura religiosa se encontram no protestantismo norte-americano que surgiu no século XIX. O termo “Fundamentalismo” foi cunhado em 1915, a partir da publicação entre os anos de 1909 e 1915 de uma coleção de livros intitulada *Fundamentals. A Testimony of the Truth* por um grupo de professores de teologia da Universidade de Princeton. A proposta contida nessas obras era a de um cristianismo mais ortodoxo e dogmático como forma de resistência a modernização pela qual passava a sociedade americana (BOFF, 2002).

Essa perspectiva se opõe a chamada Teologia Liberal que utiliza métodos histórico-críticos e hermenêuticos para realizar interpretações de textos religiosos escritos há milhares de anos (BOFF, 2002). A Teologia Liberal acredita ser importante colocar o texto em seu devido contexto, pois é necessário compreender, por exemplo, o significado dos termos em uma determinada sociedade a fim de resgatar o sentido original do que foi escrito.

Nota-se que há uma estreita relação entre fundamentalismo e globalização, pois o fundamentalismo, em várias situações, emerge como uma resposta religiosa à globalização. Vale ressaltar que as religiões, como já abordado, são instituições fundamentais e poderosas na construção da cultura, pois proporcionam mística, esperança e códigos morais. Assim, quando algumas culturas se sentem ameaçadas pelo fenômeno da globalização e da modernização, recorrem à religião para se autoafirmarem. Infelizmente essa resposta, em muitos casos, é dada através da violência e do terrorismo (BOFF, 2002).

É importante ainda ressaltar que o fundamentalismo não é uma postura apenas religiosa, mas uma postura presente em diversos setores da sociedade, como bem explica Boff (2002, p. 38):

o fundamentalismo não possui apenas um rosto religioso. Todos os sistemas, sejam culturais, científicos, políticos, econômicos e até artísticos, que se apresentam como portadores exclusivos da verdade e de solução única para os problemas devem ser considerados fundamentalistas. Vivemos atualmente sob o império feroz de vários fundamentalismos.

Com efeito essa postura traz consigo inúmeros problemas, inclusive para a própria educação. Se a educação é compreendida como um processo dialógico e de mútua construção, então qualquer postura dogmática e intolerante não é apenas perigosa, mas contraditória a esse processo. Nas palavras de Paulo Freire, patrono da educação brasileira,

há um sinal nos tempos, entre outros, que me assusta: a insistência com que, em nome da democracia, da liberdade e da eficácia, se vem asfixiando a própria liberdade e, por extensão, a criatividade e o gosto da aventura do espírito. A liberdade de mover-nos, de arriscar-nos, vem sendo submetida a uma certa padronização de fórmulas, de maneiras de ser, em relação às quais somos avaliados. (FREIRE, 1997, p. 128-129).

O fundamentalismo parece ocasionar essa padronização. Com efeito, quando qualquer religião, sistema político, econômico, cultural ou projeto educacional se apresenta como o único caminho para a construção de uma sociabilidade ética, pode ocorrer o etnocentrismo e, em muitos casos, a violência, seja ela física ou simbólica. Por isso é preciso pensar uma educação mais participativa e inclusiva, que suscite o diálogo e não meramente a reprodução de ideias postas como verdades absolutas. Assim, desenvolve-se uma educação libertadora, como dizia Paulo Freire, que pode afastar o ser humano de qualquer postura etnocêntrica, bem como do próprio fundamentalismo.



Nota-se, portanto, que o cristianismo é uma religião heterogênea, pois, além de se fazer presente através de várias igrejas, ocasiona diversas ramificações espirituais. Entretanto, em sua origem, o cristianismo é místico e político, pois ao mesmo tempo em que busca estreitar os laços entre o ser humano e Deus, busca trabalhar na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

### **3.4 O cristianismo no Brasil**

Após se investigar sobre o cristianismo, suas origens, história, divisões e doutrinas, pensa-se ser de grande importância abordar o cristianismo no contexto brasileiro, uma vez que esta pesquisa deseja relacionar o fenômeno religioso, em sua vertente cristã, com os desafios da sociabilidade ética no Brasil.

Insiste-se, nesse sentido, que o cristianismo não é uma religião monolítica, isto é, uma religião com apenas uma vertente. Como já abordado, após a Reforma Protestante no século XVI, essa religião ganhou diversas vertentes a partir da Europa, sendo não apenas parte da superestrutura social e determinada pela estrutura econômica, como acreditava Marx, mas influenciadora da própria economia, como tão bem explicou Max Weber em *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

No que diz respeito ao Brasil, o cristianismo em sua vertente Católica Romana chegou concomitantemente à chegada dos colonizadores portugueses no século XVI. De acordo com Leonardo Boff, “[...] junto com o colonizador vinha o missionário. Ambos tinham um projeto comum: ‘dilatar a fé do império’. A missão consolidou esse projeto político-religioso” (BOFF, 2005, p. 107). Dessa maneira, após mais de 500 anos da presença do cristianismo no Brasil, é importante investigar seus desdobramentos, ramificações e influências, pois, como se sabe, a religião está profundamente relacionada com a ética (comportamento) e com a política (Estado).

Essa investigação se justifica na medida em que se percebe os infindáveis e crescentes problemas pelos quais não apenas o Brasil, mas o planeta enfrenta. É verdade que em todos os tempos da história se pode perceber problemas de diferentes ordens, mas, a partir da modernidade, pode-se perceber a atomização da autodestruição do planeta como efeito colateral da busca pelo desenvolvimento econômico. Nas palavras de Leonardo Boff “o homem da modernidade técnico-científica, no afã de atingir níveis cada vez mais altos de desenvolvimento, sacrificou pesadamente as classes, os povos e a natureza” (BOFF, 2005, p. 106). Diante disso, a questão que se coloca é: como o cristianismo poderia colaborar para a construção de uma sociedade mais ética, justa e sustentável? Antes de responder a essa questão

é preciso compreender que, não sendo o cristianismo um bloco monolítico, mas uma religião diversificada, é importante investigar como ele entrou e continua presente no Brasil.

Em linhas gerais, o cristianismo entrou e continua entrando no Brasil através de quatro caminhos: através da missão, da devoção, da libertação e da experiência carismática. Desses caminhos nasceram algumas configurações: a Igreja como grande instituição (missão), o catolicismo popular (devoção), a Igreja como rede de comunidades (libertação) e a Igreja do Espírito (carismática) (BOFF, 2005). Tais caminhos serão explorados para que se possa compreender um pouco mais acerca do cristianismo brasileiro.

### **3.4.1 A missão e a Igreja como instituição**

Quando se fala em Igreja como instituição, pretende-se “[...] caracterizar a Igreja em sua aparição oficial, dogmática, hierárquica e sacramental, com paróquias e dioceses, conferências episcopais, em comunhão com o Papa, em Roma, pastor universal” (BOFF, 2005, p. 107). Em suma, trata-se da Igreja Romana, culturalmente europeia. Foi esse o catolicismo implantado no Brasil em um primeiro momento com a chegada dos portugueses e dos padres jesuítas. Entretanto, como bem ressalta Leonardo Boff (2005), esse modelo de cristianismo na Europa era autônomo, mas no Brasil não. No Brasil ele foi desenvolvido como um espelho do cristianismo europeu, desconsiderando-se, dessa maneira, os aspectos culturais aqui existentes. No entanto, ainda assim, compreender e pensar o Brasil exige a compreensão desse cristianismo, pois ele colaborou na criação da ordem presente e penetrou no inconsciente coletivo dos brasileiros.

Embora durante a maior parte do curso da história o cristianismo no Brasil tenha sido elitizado, a partir da década de 1960 se percebe sua aproximação das camadas mais pobres. Segundo Boff, o cristianismo

ganhou respectabilidade por sua função tribunícia e ética mediante a opção preferencial pelos pobres, contra a pobreza e em favor da vida, pelas pastorais sociais, dos indígenas, dos negros, dos sem-terra, dos sem-teto, dos meninos de rua, dos marginalizados excluídos. (BOFF, 2005, p. 108).

Com efeito, ao se colocar ao lado dos excluídos, o cristianismo assume seu caráter profético de anunciar o Reino de Deus não apenas em um sentido escatológico, mas político e social. Desse modo, o futuro do cristianismo no Brasil passa por esse caminho, o da *práxis*. Não se trata de um ritualismo vazio que em pouco colabora para uma profunda transformação social.

Ao contrário, trata-se de uma religião que, por sua pregação e testemunho, antecipa aqui a utopia do Reino de Deus, colaborando para a construção de uma sociedade ética, justa, solidária e sustentável. Nas palavras de Boff, o cristianismo

no Brasil terá futuro se, junto com outras forças espirituais, ajudar a superar a herança de exclusão que estigmatiza a história brasileira, mediante uma solidariedade efetiva com as vítimas do processo social, sempre a partir de sua dimensão espiritual e cristã. (BOFF, 2005, p. 108).

Já em sentido global, o futuro do cristianismo está relacionado a sua capacidade de diálogo com outras culturas e a abertura para que cada cultura assimile a fé cristã dentro de seu contexto, nascendo assim diferentes expressões do cristianismo (BOFF, 2005). Não se trata de mudar o a mensagem cristã, mas de saber comunicá-la de modo que o destinatário a compreenda, pois ninguém consegue compreender uma mensagem em uma língua que não conhece. Da mesma maneira, embora a mensagem cristã seja a mesma para todos os povos, a forma de comunicá-la deve considerar a cultura de cada povo, pois não parece justo, do ponto de vista sociológico, acreditar que o cristianismo vivenciado na Europa tenha que ser vivenciado igualmente por todos os continentes e culturas. Essa perspectiva parece ser etnocêntrica e falha, até porque o cristianismo em si não nasceu na Europa.

### **3.4.2 O catolicismo popular**

Paralela à chegada do catolicismo oficial, chegou também ao Brasil o catolicismo popular. Embora ligado ao oficial, o catolicismo popular se desenvolveu com maior autonomia nas camadas mais populares, assimilando contribuições de diferentes expressões religiosas. Segundo Boff, o cristianismo popular “assimilou contribuições indígenas, africanas, até orientais, vindas pelas caravelas que voltavam da Índia e da China, fazendo uma síntese colorida e criativa” (BOFF, 2005, p. 109).

Desse modo, o catolicismo popular, além de uma síntese religiosa, é uma expressão da multiplicidade cultural que é o Brasil. Além disso, o catolicismo popular não deve ser interpretado como deterioração ou perda do sentido original do cristianismo, mas uma tradução da mensagem cristã dentro da cultura popular.

O reconhecimento e a valorização do catolicismo popular foi um passo importante para tentar romper com o etnocentrismo cultural que deságua no etnocentrismo religioso. Dentre as ações importantes da Igreja Católica nessa direção, destaca-se o Concílio Vaticano II (1962-

1965) e as conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), pois enriqueceram fortemente o catolicismo popular incentivando a criatividade popular e dando espaço para as elaborações doutrinárias das comunidades (BOFF, 2005).

Por essa razão, uma das características mais marcantes do catolicismo popular atual é sua crítica social e sua forte dimensão política:

Aqui emerge uma dimensão inédita, ausente no catolicismo popular do passado: a crítica social do sistema social dominante, a perspectiva de libertação a partir do povo-sujeito de seu processo e a ênfase na dimensão político-libertadora da fé cristã. As procissões, as romarias, as vias-sacras, as novenas, as devoções aos santos e santas e mesmo os mistérios cristãos recebem uma nova leitura e dramatização, na perspectiva do engajamento social e transformador. (BOFF, 2005, p. 110).

A catolicismo popular, nesse sentido, apresenta-se como anunciador de uma libertação total a partir da infraestrutura social, isto é, do sistema econômico excludente e desigual. Não se trata, portanto, de uma espiritualidade que se vive apenas para se chegar ao Reino de Deus após a morte, mas de uma espiritualidade encarnada, concreta, que busca efetivar o Reino de Deus neste mundo, buscando construir uma sociedade menos desigual, menos preconceituosa, menos intolerante e menos injusta.

Compreender a presença do cristianismo no Brasil, portanto, passa pela compreensão do catolicismo popular fortemente presente no país. Segundo Leonardo Boff, “o catolicismo popular significa uma das maiores criações da cultura brasileira. Aqui o cristianismo morenizou-se e se mostrou mais fonte do que espelho” (BOFF, 2005, p. 110). De fato, longe de ser apenas um espelho do cristianismo europeu, devido à diversidade cultural brasileira, nasceu aqui um cristianismo que conserva os pilares de fé da Igreja-Grande-Instituição, mas o vivencia a partir dessa diversidade cultural, dando origem a expressões populares de fé, tais como os festejos, as romarias, as novenas, dentre outras.

Em linhas gerais, o catolicismo popular deu mística à vida do criativo povo brasileiro, pois foi e é capaz de articular a fé com a vida, oferecendo uma perspectiva mais consciente, crítica e libertadora. Assim sendo, a fé passa a direcionar o comportamento (ética) na busca e não apenas na espera por uma sociedade mais justa (política).

### 3.4.3 A Igreja como rede de comunidades

Como expressão do catolicismo popular nasceu no Brasil a Igreja como rede de comunidades, dando origem às Comunidades Eclesiais de Base. Trata-se da expressão religiosa da criticidade e da consciência libertadora dos mais pobres. Ela, por sua forte crítica à desigualdade e à exploração social, deu origem a uma pedagogia da libertação, a sindicatos e associações que lutam por terra, saúde, educação e pelos direitos sociais com o objetivo de colaborar na construção de uma sociedade mais humanitária (BOFF, 2005).

Nesse tipo de expressão religiosa, o caráter comunitário predomina sobre o caráter hierárquico, sendo os leigos os protagonistas da Igreja. Sobre as principais contribuições da Igreja como Rede de comunidades, têm-se a apropriação da palavra pelos leigos que tecem comentários e reflexões sobre ela, criação de novos ritos, o surgimento de ministérios laicos e a criação de novas comunidades de base (BOFF, 2005).

Destaca-se ainda o caráter vivencial da fé. Essa aproximação entre a palavra e os leigos proporcionou a aproximação entre a palavra e a vida e, por consequência, uma nova consciência e postura social:

O elemento aglutinador é a fé cristã, a Palavra das Escrituras, lida na comunidade e posta sempre em confronto com a realidade vivida pela comunidade. Desse confronto nasce naturalmente uma nova consciência de responsabilidade social numa linha não apenas reformista (mantendo o quadro social vigente) mas predominantemente libertadora (postulando um novo tipo de sociedade). (BOFF, 2005, p. 112).

Essa expressão religiosa é genuinamente brasileira e difundiu-se por todo o mundo renovando e animando o catolicismo, sobretudo na Europa. Ela oferece protagonismo, entusiasmo e participação aos leigos. Ao invés de ser um cumprimento frio e formal de preceitos, é comprometimento, movimento e dinamicidade. A fé é posta na vida e a vida passa a ser vivenciada a partir de uma fé madura, que compromete o fiel. Contudo, isso de modo algum parece excluir a rejeitar a hierarquia da Igreja e o clero. Ao contrário, a ideia é dar aos leigos maior protagonismo e participação dentro da igreja, criando um senso comunitário.

### 3.4.4 A Igreja carismática

Outra forte forma de expressão do cristianismo é o cristianismo carismático. Ele se originou nos Estados Unidos na década de 1970, arrebanhando membros de outros movimentos

e pastorais da Igreja Católica, sendo a maioria da classe média que procurava um significado maior para a vida. Trata-se, portanto, de uma expressão mais subjetiva de cristianismo. Todavia, essa experiência subjetiva se desdobra, necessariamente, em uma nova consciência e uma nova postura social.

Nessa expressão religiosa

a centralidade não é mais ocupada pelos conteúdos doutrinários, mas pela experiência religiosa, no caso a experiência do Espírito. A partir dessa experiência os leigos romperam o monopólio da palavra, antes reservada ao clero, fazendo seus comentários pessoais das escrituras, elaborando novos ritos, impondo as mãos, curando e falando em línguas. (BOFF, 2005, p. 113-114).

Eis aí mais uma expressão religiosa que busca a descentralização da fé, isto é, que busca maior participação dos leigos. Os carismáticos católicos costumam ser obedientes à Igreja instituição em termos de doutrina, bem como ao clero. Todavia, não renunciam ao protagonismo dos leigos.

Vários são os grupos carismáticos existentes e que contemplam diversas faixas etárias, desde crianças a idosos. Essa expressão religiosa penetrou inclusive no clero, fazendo com que muitos sacerdotes se desligassem de suas ordens religiosas e fundassem comunidades formadas por padres e leigos onde se vivenciasse a expressão carismática do cristianismo. Surgiram missas e cultos com orações de cura, imposição de mãos e orações em línguas.

O cristianismo carismático, seja ele católico ou protestante, foi atomizado pelos meios de comunicação, pois está fortemente ligado a eles. Celebrações, encontros de espiritualidade e palestras veiculam pela mídia e levam a mensagem cristã para diversos lares. Se por um lado o rádio, a TV e a internet atomizaram a mensagem do cristianismo, por outro, corre-se o risco de transformar um(a) líder religioso(a) em artista, fazendo com que o mensageiro tenha mais destaque do que a mensagem e com que o(a) próprio(a) líder exalte a si mesmo no lugar de sua mensagem, caindo naquilo que o filósofo brasileiro Luiz Felipe Pondé chamou de Marketing Existencial, isto é, a propaganda de si como um bem de consumo (PONDÉ, 2007).

Não obstante a isso, essa expressão religiosa perpassa o cristianismo brasileiro e é vivenciada por boa parte dos cristãos, ocasionando positivas mudanças pessoais (conversão, em uma linguagem religiosa) e, conseqüentemente, sociais, pois a forma como cada pessoa vive gera impacto social.

Nesse sentido, unir essa experiência subjetiva (mística) à dimensão social (política) constitui um desafio para o cristianismo atual de modo a se assemelhar à experiência vivida

pelo próprio Jesus, conforme já foi discutido. Parece ser justamente essa a perspectiva social cristã: uma forte espiritualidade e um necessário comprometimento social.

Como se percebe, a partir do que foi proposto neste capítulo, o cristianismo não se apresenta como um bloco monolítico, mas como uma religião heterogênea que é vivenciada de forma plural, conforme a instituição, a cultura ou a ramificação da experiência cristã. No Brasil, especificamente, essa religião se manifesta por diferentes caminhos desde a sua chegada com os colonizadores, sendo enriquecida pelos costumes dos diferentes povos que dão origem a face do Brasil.

Assim sendo, embora o Brasil seja um país laico, o brasileiro é religioso e majoritariamente cristão, com toda a pluralidade que o cristianismo carrega. Por essa razão, torna-se importante pensar sobre o peso dessa religião na construção da identidade ética da sociedade brasileira, bem como os possíveis caminhos e propostas que o cristianismo pode oferecer para a construção de um Brasil melhor, tanto em nível pessoal (ético) como social (político).

## **4 O FENÔMENO RELIGIOSO E OS DESAFIOS DA SOCIABILIDADE ÉTICA NO BRASIL**

Esta pesquisa teve seu início com a investigação dos fundamentos da religião, suas causas, estruturas e consequências, tanto pessoais quanto sociais. Em seguida foi abordada a origem e a história do cristianismo, cujo contexto social e histórico se presentifica na produção literária, nas artes, na ciência e na educação de diferentes matrizes. Neste último capítulo, por sua vez, será realizada a análise do fenômeno religioso em consonância com os desafios da sociabilidade ética no Brasil, a fim de se responder ao problema desta pesquisa.

Essa discussão se faz relevante, pois o Brasil é marcado por diversos problemas de natureza ética que afetam as diversas áreas que compõem a vida coletiva, dentre elas a própria economia que, separada de um paradigma ético inclusivo, servirá como instrumento para a atomização das desigualdades e, como efeito, da violência. Não raras vezes os jornais trazem notícias de corrupção e de diversos tipos de violência que apontam para uma forte crise ética e moral no país. Nessa perspectiva, os problemas sociais (políticos) parecem ecos da falta de um paradigma ético que favoreça a boa convivência. Como afirma Leonardo Boff (2014, p. 9-10), “[...] há uma constatação indiscutível, de aterradora crise ética e moral em todas as partes, atingindo o coração da humanidade”.

Nesse sentido, as questões que se colocam são: o que fazer para minimizar esses problemas de natureza ética? Quem tem autoridade para dizer o que é bom ou mau? Que paradigma ético pode ajudar a orientar o comportamento das pessoas na busca por uma sociedade justa e inclusiva? Por fim, retomando o problema desta pesquisa, será que o fenômeno religioso, especificamente o cristianismo, pode servir como mediação e colaborar com a sociabilidade ética no Brasil?

Tais questões exigem de cada pessoa, como corresponsável pela vida social, uma pausa para refletir e repensar o caminho tomado até então. É oportuno, portanto, revisitar o campo da ética de modo que cada ser humano se descubra responsável por si, pelos outros, pela sociedade, pela história, pela cultura, pelos demais seres vivos e pela casa comum, isto é, o planeta terra.

### **4.1 Alguns desafios atuais**

Inúmeros e incalculáveis são os desafios que todo o mundo enfrenta e no Brasil não é diferente. Para que se possa compreender o momento em que a humanidade vive e as crises que experimenta, acredita-se ser importante um olhar histórico. Nesse sentido, as revoluções



realizadas pelos seres humanos ao longo da história – agrícola, industrial, epistemológica e informacional – modificaram a face da terra, tanto para o bem quanto para o mal. É fato que tais revoluções trouxeram comodidades e aumentaram a expectativa de vida, mas também iniciaram um processo de depredação do meio ambiente e de desumanização dos povos, na medida em que o materialismo e o individualismo aumentaram (BOFF, 2014).

O século XX atesta isso de forma paradoxal: a utopia de evolução econômica, informacional, científica e política caminha ao lado de duas guerras mundiais, do advento de regimes totalitários, no holocausto nazista, da bomba atômica, da polarização política e econômica através da Guerra Fria, enfim, de um processo de barbárie e desumanização já alertado pelos teóricos da Escola de Frankfurt. O sonho de prosperidade material através da dominação da natureza e de seus recursos, da dominação sobre os povos e da exploração da força de trabalho parece ter gerado efeitos colaterais negativos. Qual a razão disso? Segundo Boff, esse desenvolvimento

[...] provavelmente material sem ser acompanhado por um desenvolvimento ético e espiritual, acarretou espantoso vazio existencial, provocou devastadora destruição do sentido cordial das coisas e ocasionou imensa devastação da natureza. (BOFF, 2014, p. 15).

Indo mais fundo na questão, a causa derradeira parece ser a quebra da religião do ser humano consigo mesmo, com as outras pessoas, com a natureza e com o sentido da vida (BOFF, 2014). De fato, o ser humano dos séculos XX e XXI vive acelerado, desconexo de si e da vida. A busca pela prosperidade material parece estar ocasionando a perda do sentido da vida ou colocando-se como o único sentido da vida. Dizendo de outro modo, o desenvolvimento científico, informacional e econômico parecer ter negligenciado a dimensão ética, fio de integração da vida coletiva.

Como já dito anteriormente, a economia, a política, a ciência, a educação, a religião, dentre diversas outras áreas que permeiam a vida humana, são necessárias e fundamentais. Não se trata aqui de um discurso que vá de encontro com tais conquistas da humanidade. No entanto, todas elas precisam ser utilizadas para a humanização e para a construção de sociedades mais ricas, não apenas materialmente, mas existencial e culturalmente falando.

Dentro de uma perspectiva antropológica, Boff afirma que o ser humano é regido por suas forças: a de autoafirmação e a de integração. A força de autoafirmação leva o ser humano a garantir a sua sobrevivência e a evoluir. Através da força de integração, por sua vez, ele desenvolve a perspectiva da sociabilidade, pois se percebe como um ser social e passa a

cooperar com os demais. Ambas – autoafirmação e integração – precisam se desenvolver de mãos dadas. Caso o ser humano desenvolva apenas a autoafirmação ele corre o risco de não se integrar, de se isolar e de viver no individualismo vendo o outro como uma ameaça constante (BOFF, 2014).

O que se percebe hoje é exatamente isso. Não é a lógica da colaboração que parece reger as relações humanas, mas a da competição. E isso tem início logo nos primeiros anos de vida, perpassando a infância e a adolescência até chegar à idade adulta. Essa lógica da competição e não da colaboração está presente no espaço educacional, no mercado de trabalho, no campo político, enfim, em toda a sociedade. E isso faz o individualismo triunfar. Nas palavras de Boff,

assim surge um individualismo avassalador. Ele se revela na linguagem cotidiana: o meu emprego, o meu salário, a minha casa, o meu carro, a minha família. Ninguém é levado, portanto, a construir algo comum. A única coisa em comum que resta é a guerra de todos contra todos em vista da sobrevivência individual. (BOFF, 2014, p. 64).

Nesse sentido, o ser humano passa a olhar demasiadamente para si e não para a coletividade, buscando, na maioria das vezes, satisfazer apenas aos seus desejos, muitas vezes sem uma reflexão ética acerca da natureza dos mesmos. Daí nasce a corrupção, a violência, enfim, a criminalidade e tudo aquilo que prejudica o bom andamento da vida social.

No que se refere ao problema da corrupção, vale dizer que ele parece estar na raiz de muitos outros problemas que o Brasil enfrenta. A palavra *corrupção* tem sua origem na teologia. De acordo com a tradição cristã, desde o chamado “Pecado Original”, o ser humano vive em uma situação de corrupção, isto é, ele tem o coração (*cor*) rompido (*ruptus*), como lembra Santo Agostinho (BOFF, 2018). A corrupção é, portanto, uma ruptura interior, isto é, um rompimento com a própria essência – apresentada aqui como cuidadora – e que se desdobra em atitudes que originam muitos problemas e injustiças sociais.

Os dados sobre a corrupção no Brasil são alarmantes. Boff (2018) afirma que o Brasil aparece como 69º país mais corrupto e que anualmente a corrupção no Brasil representa 84,5 bilhões de reais. Caso esse valor fosse aplicado na saúde, então se poderia acrescentar 89% o número de leitos em hospitais. Caso fosse aplicado na educação, então seria possível abrir 16 milhões de vagas nas escolas públicas. Por fim, se fosse aplicado na construção civil, então se poderia construir 1,5 milhões de casas.

Os números dizem por si mesmo. A corrupção parece ser uma das maiores causas da pobreza, da crise no sistema de saúde, educacional e na habitação no Brasil. Uma gestão

honestas, associadas a uma forte e intensa fiscalização, poderia ao menos amenizar esse problema e colaborar na construção de um Brasil melhor.

Como explicar as causas da corrupção no Brasil? Essa tarefa não é fácil. Entretanto, Leonardo Boff aponta três razões para a existência da corrupção no país: a histórica, a política e a cultural.

Sobre a razão histórica Boff comenta que o povo brasileiro é herdeiro de uma herança colonial escravocrata e violenta. Isso teria levado as pessoas a se corromperem para sobreviverem. Daí o chamado “jeitinho brasileiro”, isto é, uma forma de viver dentro de uma sociedade desigual e injusta. Boff exemplifica isso da seguinte maneira: “quer dizer: subornar, conseguir favores mediante trocas, peculato (favorecimento ilícito com dinheiro público) ou nepotismo” (BOFF, 2018, p. 47). Assim, a herança colonial teria causado uma grande desigualdade e isso teria levado as pessoas a “darem um jeito” para sobreviverem.

A segunda razão para a corrupção é a razão política. Sobre ela Boff afirma:

A base da corrupção política reside no arraigamento do patrimonialismo, na indigente democracia e no capitalismo sem regras. No patrimonialismo não se distingue a esfera pública da privada. As elites trataram a coisa pública como se fosse sua e organizaram o Estado com estruturas e leis que servissem a seus interesses, sem pensar no bem comum das grandes maiorias, em geral empobrecidas. (BOFF, 2018, p. 48).

Dessa maneira, o aparato do Estado teria sido organizado de tal maneira que torna inviável uma economia mais inclusiva. Nesse ponto reside a crítica que Boff faz ao capitalismo, pois, para ele, o capitalismo instalado no Brasil não passou por um processo de humanização e é, por natureza, antidemocrático, já que a democracia supõe igualdade entre os cidadãos (BOFF, 2018). De fato, embora o Brasil seja um país democrático, a igualdade parece ser mais formal do que real, parece ocorrer mais na prédica do que na prática. Não se trata de defender uma economia socialista, mas de pensar em políticas públicas mais inclusivas e que garantam acesso à renda para todas as pessoas.

Por fim, a razão cultural para a corrupção entende que a corrupção parece estar naturalizada no Brasil. Existe um pensamento popular que ilustra bem isso: ele rouba, mas faz. Em outras palavras, muitas pessoas parecem não se incomodar com a corrupção, se o(a) político(a) fizer algo por elas ou pelo país. Por isso, quanto mais desigual e injusto é um Estado, mais se cria uma certa tolerância à corrupção (BOFF, 2018).

A corrupção parece apontar para uma das causas dos diversos males sociais que se enfrentam no mundo, especialmente no Brasil, que é o individualismo que se ergue a partir da

lógica de uma economia competitiva e “meritocrática”. A noção de bem individual se sobrepõe à noção de bem comum. As relações passam a ser, como já elucidado, pautadas no utilitarismo e no individualismo e não no bem comum.

Mas o que seria o bem comum para que se possa construí-lo? Leonardo Boff responde a esta questão situando o bem comum em dois planos, o infraestrutural e o humanístico: “no plano infraestrutural é o acesso justo de todos aos bens básicos como alimentação, saúde, moradia, energia, segurança e comunicação. No plano humanístico é o reconhecimento, o respeito e a convivência pacífica” (BOFF, 2014, p. 65). Tanto um quanto o outro dependem do rompimento com o individualismo, no plano ético e político, que cega, pois, ao olhar constantemente para si (pessoa ou Estado), corre-se o risco de não se enxergar quem está ao lado.

Os tempos atuais, marcados por grandes desafios de ordem ética, política, econômica, educacional, sanitária, ambiental, dentre outros, suscitam uma nova postura, isto é, uma postura de corresponsabilidade, de fraternidade e de colaboração. Pode-se ignorar tais problemas e continuar caminhando para o caos, é verdade. Mas se pode também pensar em uma nova forma de ser no mundo, uma forma pela qual o outro possa ser visto como pessoa a ser integrada e não como uma ameaça a ser eliminada.

Parece claro que uma das grandes “doenças” a serem enfrentadas é a ausência de princípios éticos capazes de mediar a busca lógica da comunhão e da colaboração. A economia, a ciência, a tecnologia, a informação, a industrialização e a educação, sem dar as mãos à ética, podem ser desumanizadoras. Para Boff,

urge refazer o caminho de volta, rumo a casa materna comum e irmarmos com todos os seres. Temos que deixar o exílio, cultivar saudades, como na parábola do filho pródigo, reavivar sonhos antigos de comunhão, de paz sem ameaça, de benquerença generalizada, sonhos escondidos no coração de todos os seres humanos e testemunhados em seus mitos, ritos e estórias. (BOFF, 2014, p. 17).

Nesse sentido, parece oportuno e necessário que o ser humano se reconcilie com os demais, com os outros seres vivos e com a natureza. Isso, todavia, brota de uma nova experiência espiritual e de um novo sentido de ser que coloque cada pessoa na lógica da comunhão e não da exclusão, do respeito e não da dominação, do cuidado e não da violência. Para tanto, o fenômeno religioso desponta como uma possibilidade de alimentar a espiritualidade e de reposicionar a consciência humana na lógica da comunhão e da solidariedade, rompendo com o utilitarismo e com a lógica da competição (ALVES, 1984).

## 4.2 A ética e o paradigma do cuidado

Procurar uma definição do que vem a ser ética parece um desafio, uma vez que a sociedade atual parece flertar com o ceticismo e com o relativismo, isto é, parece ter como verdade a tese de que não existe verdade, por mais contraditório que isso seja. Além disso, e talvez por consequência, vive-se hoje uma crise de valores em todo o mundo. Há uma dificuldade em saber o que é certo ou errado. Aliás, há uma dificuldade em saber se existe o certo e o errado. Isso, obviamente, produz um ambiente de insegurança e de tensão nas relações sociais levando as pessoas a agirem a partir de seus próprios interesses, colocando-se como medida de todas as coisas (BOFF, 2014).

Porém, mesmo nesse cenário e principalmente nele, é preciso provocar, refletir e dar passos para compreender um pouco mais o problema do bem e do mal. Com efeito, a discussão acerca da natureza do bem e do mal pertence ao campo da ética. Conceitualmente, a ética é o campo da filosofia que estatui princípios e valores que orientam as pessoas e as sociedades. Ela se difere da moral, pois a moral é a prática dos valores através dos hábitos e valores estabelecidos culturalmente (BOFF, 2014).

Dessa forma, ao se cogitar um paradigma ético, há um desejo de se estabelecer relações a partir de um mínimo de sociabilidade e essas relações se expressam, dentre tantos modos, pelo cuidado. Ao se pensar nos valores que organizam a vida coletiva, pensa-se em cuidar das relações que se estabelece. Nesse sentido, falar de ética parece ser o mesmo que falar de cuidado. Portanto, diante dos diversos desafios mencionados e de tantos outros não mencionados aqui, parece ser urgente uma mudança de paradigma: no lugar do paradigma da conquista e da dominação, pensa-se ser necessário o advento do paradigma do cuidado.

Segundo Boff, o cuidado é tão ancestral quanto o próprio universo. Após o *big-bang*, as forças diretivas – gravitacional, eletromagnética e nuclear – precisaram atuar com cuidado para que o universo não se expandisse demais e impedisse que a matéria se adensasse e formasse o universo. Nas palavras de Boff, “tudo se processou com um cuidado tão sutil, em frações de bilionésimos de segundos, que permitiu estarmos aqui para falar dessas coisas” (BOFF, 2014, p. 21-22).

O cuidado, dessa maneira, está na origem da vida, mas também na manutenção dela. É por isso que o cuidado ganhou centralidade e destaque no pensamento filosófico, sendo considerado a essência humana por uma tradição filosófica proveniente do escravo Higinio, bibliotecário de César Augusto.

Mas o que é exatamente o cuidado? Boff responde a esta questão da seguinte maneira:

o cuidado é aquela condição prévia que permite o eclodir da inteligência e da amorosidade, o orientador antecipado de todo o comportamento para que seja livre e responsável, enfim, tipicamente humano. Cuidado é gesto amoroso para com a realidade, gesto que protege e traz serenidade e paz. Sem cuidado, nada do que é vivo sobrevive. O cuidado é a força maior que se opõe à lei da entropia, o desgaste natural de todas as coisas, pois tudo o que cuidamos dura muito mais. (BOFF, 2014, p. 22).

Parece ser necessário analisar bem essa definição, pois ela traz diversos elementos importantes. Ao tratar o cuidado com condição prévia, Boff se aproxima da filosofia heideggeriana, pois o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), em sua obra *Ser e Tempo* (1926), considera o cuidado como ontologia do ser humano (HEIDEGGER, 1989). Afirmar que o cuidado é uma dimensão ontológica do ser humano significa dizer que é parte de sua constituição, isto é, ser humano é ser de cuidado. Dessa forma, o cuidado se apresenta como um dado *a priori* da existência humana. Parafraseando a máxima cartesiana, parece ser possível afirmar que *cuido, logo sou*. Neste mesmo sentido, Boff (2014, p. 50) firma que “o cuidado é anterior, é o *a-priori* ontológico, aquilo que deve existir antes, para que se possa surgir o ser humano. O cuidado, portanto, entra na constituição do ser humano. Sem ele não é humano”.

Isso significa que todos os seres humanos são seres de cuidado e que a sociabilidade deve ser pensada a partir dessa dimensão profunda. Infelizmente o materialismo, o individualismo, o hedonismo e o egocentrismo estão desconectando o ser humano de sua essência cuidadora. Por isso, é preciso pensar um paradigma ético que possibilite um resgate dessa dimensão cuidadora para que o agir humano no mundo seja para a construção de um mundo mais inclusivo e solidário.

Nesse sentido, a experiência religiosa se apresenta como um caminho para a reconexão do ser humano com sua essência cuidadora através de uma mudança de consciência e, por consequência, de atitude diante da vida. Não sem razão Rubem Alves (1984, p. 160) afirmou que “a experiência do divino é a experiência de uma nova forma de consciência”. Não se trata de uma experiência superficial, mas substancial, isto é, que ecoa em uma nova forma de ser no mundo.

Historicamente não faltam exemplos para isso. Francisco de Assis, Gandhi, Madre Tereza de Calcutá, bem como os brasileiros Irmã Dulce dos pobres, Dom Hélder Câmara, padre Júlio Lancellotti, dentre outros conhecidos e anônimos que são exemplos de pessoas que, a partir da espiritualidade, entraram em contato com a dimensão mais profunda da existência: o cuidado. E esse contato se materializou no cuidado dos pobres, dos doentes, na luta pelos direitos humanos e, no caso do padre Júlio Lancellotti, na pastoral de rua da Cidade de São

Paulo, onde leva alimento, roupas e esperança para aqueles que submergem no vício das drogas, na criminalidade e no abandono do Estado.

Nesse sentido, a falta de cuidado no trato com a natureza e com as pessoas coloca em risco a vida e as relações humanas, uma vez que, desconectado de sua essência cuidadora, desconectado de si mesmo, provavelmente o ser humano não perceberá o outro como objeto de cuidado e com quem é chamado pela vida a construir relações de solidariedade e não de competitividade, de responsabilidade e não de omissão.

A responsabilidade, vale dizer, é efeito do cuidado. Aquele que cuida se sente responsável pelo que e por quem cuida. Originalmente, responsabilidade é a capacidade de dar respostas aos problemas que se apresentam no caminhar pessoal e social. Todavia, parece que somente a partir de uma ética do cuidado o ser humano poderá se perceber como responsável pelo mundo e pelos outros, saindo do eixo da competição e de uma razão calculista para o eixo da colaboração e de uma razão cordial (BOFF, 2014).

Dáí decorre uma outra questão importante: como cultivar a ética do cuidado? Quem poderá “educar” o ser humano para a sociabilidade ética, sobretudo no Brasil, um país marcado pela exclusão, pela desigualdade, pela intolerância, pelo preconceito, pelo sucateamento da esfera pública, pela corrupção e por inúmeros outros problemas? A resposta não pode ser simplista e é possível afirmar que existem vários caminhos e instituições sociais que podem colaborar para a sociabilidade ética. Dentre elas, pensa-se que religião, especialmente o cristianismo, apresenta-se como uma alternativa interessante para educar a consciência das pessoas para relações de cuidado.

### **4.3 Religião e sociabilidade ética**

Muito já se discutiu sobre religião, especialmente sobre o cristianismo. Alguém poderia se perguntar como uma religião que flertou com o poder imperial romano poderá auxiliar na (re)construção de uma ética do cuidado. Para tanto, é preciso uma historiografia mais ampla e imparcial, de modo a compreender não apenas as “trevas”, mas também as “luzes” que emanam do fenômeno religioso.

Assim sendo, é importante dizer que a busca por um paradigma ético/moral que oriente e facilite a convivência humana perpassa a história, desde a antiguidade com Sócrates, Platão, Aristóteles e as filosofias helenísticas, passando pelas filosofias de Agostinho e Tomás de Aquino na Idade Média, chegando à modernidade com Immanuel Kant e ao mundo contemporâneo com diversos pensadores, dentre eles Jurgen Habermas. De um modo ou de

outro, muitos pensadores se dedicaram ao estudo da ética buscando compreender e assinalar formas de melhorar a convivência social.

Para ilustrar a importância de se discutir o problema da ética em consonância com o fenômeno religioso, é importante ressaltar que as sociedades parecem se erguer sobre um tripé composto pela economia, pela política e pela ética. Através na economia se garante a subsistência da vida humana; através da política se distribui o poder e se organizam instituições que favoreçam a sociabilidade; através da ética se estabelecem valores que orientem o comportamento humano para que melhorar a sociabilidade. Todavia, a ética parece não poder ser separada de uma aura espiritual, isto é, uma dimensão mística e religiosa (BOFF, 2018).

Historicamente, nota-se que existem basicamente duas fontes que orientam moralmente as sociedades: a razão e as religiões. As religiões, por sua vez, constituem privilegiadas fontes de valores para a humanidade, podendo, portanto, serem compreendidas como caminhos para a construção de uma sociedade mais cuidadora (BOFF, 2014).

Aprofundando na tese da importância da religião como fonte de valores, o cientista político norte americano e formado em Harvard, Samuel Huntington (1927-2008), afirma que “no mundo moderno, a religião é uma força central, talvez a força central que motiva e mobiliza as pessoas” (HUNTINGTON, 1997, p. 79). Nesse sentido, a religião é percebida, assim como já fora por Durkheim, como fonte de normas morais, cujo objetivo é colaborar com a coesão social.

Leonardo Boff ratifica a tese de Huntington afirmando que

Hans Kung, um dos pensadores mundiais que mais se tem ocupado destas questões, propõe as religiões como as bases mais realistas e eficazes para se construir uma “ética global” para a política e economias mundiais. (BOFF, 2014, p. 28).

Mas como isso será possível, dado que as religiões são heterogêneas e possuem cosmovisões distintas acerca do certo e do errado? Boff explica que, mesmo com as diferenças, os pontos comuns que existem permitem a elaboração de um mínimo consenso ético que pode colaborar para manter a humanidade mais unida, inserindo-a na perspectiva do cuidado (BOFF, 2014).

Por outro lado, a razão, por si só, pode não conseguir realizar isso, pois lhe falta a espiritualidade da religião. Nas palavras de Boff,

[...] fechada apenas no âmbito da razão, a ética perdeu o horizonte da transcendência que vem do espírito e de sua obra que é a espiritualidade,



aquela dimensão da consciência que permite ao ser humano se sentir parte de um todo e identificar um sentido maior de sua existência e de sua curta passagem por esse mundo. A espiritualidade está para a ética como a aura para as estrelas. Sem aura as estrelas não brilham, sem espiritualidade a ética facilmente se transforma em moralismo e em legalismo. (BOFF, 2014, p. 44).

Essa experiência de cuidado que colabora na construção da sociabilidade ética pode ser percebida no cristianismo originário, o qual Boff denomina de Paleocristianismo. Não se trata aqui das religiões (instituições) que procuram vivenciar a espiritualidade cristã, mas da espiritualidade originária do cristianismo. Nas palavras de Boff, “o outro faz surgir o *ethos* que ama. Paradigma deste *ethos* é o cristianismo das origens, o paleocristianismo” (BOFF, 2014, p. 46).

Como já abordado no capítulo anterior, o cristianismo é uma religião heterogênea, pois perpassa diversas ramificações, sobretudo a partir da Reforma Protestante. Contudo, aqui, ao se falar de cristianismo, não se pretende falar de Igrejas, de instituições, mas do cristianismo enquanto espiritualidade que religa (religião) o ser humano a Deus, ao próximo e aos demais seres vivos. Para tanto, é fundamental lançar o olhar para a sua experiência de origem, aquela vivenciada por Jesus e seus primeiros seguidores, denominada por Boff e aqui também como Paleocristianismo, cujas dimensões mística e política se articulam.

Para se diferenciar o paleocristianismo do cristianismo histórico, Boff comenta que o cristianismo histórico e as suas igrejas foram mais influenciadas pelos mestres gregos do que propriamente pela mensagem de Jesus Cristo (BOFF, 2014). Esta concepção é compreensível ao se levar em conta que a própria filosofia cristã recebeu grande influência do pensamento de Platão, na Patrística, e do pensamento de Aristóteles, na Escolástica. Isso significa que a teologia cristã foi elaborada em diálogo com a filosofia grega, levando os teólogos cristãos – Santo Ambrósio, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, dentre outros – a perceberem as sementes do cristianismo na filosofia grega.

Já o paleocristianismo não dá centralidade à teoria, isto é, aos sistemas filosóficos e teológicos, mas à vida, ao amor e ao cuidado. Nas palavras de Boff (2014, p. 46) “o paleocristianismo, ao contrário, dá absoluta centralidade ao amor ao outro, para Jesus, idêntico ao amor a Deus”. Isso não significa que as teorias, os ritos e as liturgias não sejam importantes. Significa que não são aspectos centrais na experiência cristã primitiva. Essa centralidade do amor e do cuidado pode ser vista nos próprios evangelhos: Jesus se aproximava dos marginalizados, dos pecadores, dos leprosos, dos corruptos e dos doentes. Ele não fazia acepção de pessoas. Essa postura inclusiva e integradora, própria de quem ama e cuida, pode ser

referência ética para os tempos atuais, em que se percebem também pessoas marginalizadas, excluídas e que se fazem alvos de preconceito e de discriminação.

Como se percebe o amor e o cuidado são aspectos centrais no cristianismo originário. Como afirma Boff

o amor é assim central, porque, para o cristianismo, o outro é central. Deus mesmo se fez outro pela encarnação. Sem passar pelo outro, sem o outro mais outro que o faminto, o pobre, o peregrino e o nu, não se pode encontrar Deus nem alcançar a plenitude da vida (BÍBLIA, Mt 25:31-46, 1994).

Ao colocar o outro como figura central, o cristianismo funda uma ética que se contrapõe ao modo individualista e materialista como muitos vivem hoje. A proposta da ética cristã é o contrário: o sair de si e o desapego. Significa sair de si e ir em direção ao outro para amá-lo de forma incondicional, isto é, sem reservas ou desejo de retorno. Nas palavras de Boff “esta saída de si em direção ao outro para amá-lo nele mesmo, amá-lo sem retorno, de forma incondicional, funda um *ethos* o mais inclusivo possível, o mais humanizador que se possa imaginar” (BOFF, 2014, p. 6).

Desse modo, a ética proposta pelo cristianismo originário apresenta-se como um caminho de amor e cuidado que pode auxiliar na construção de uma convivência mais harmônica e inclusiva entre as pessoas. É do amor que nascem os valores que orientam as relações, especialmente o cuidado.

Quando se olha para o Brasil, é inevitável se perguntar: como seria uma política, uma educação, uma empresa, um bairro, uma cidade, um Estado, enfim, o país, se as relações entre as pessoas se dessem a partir dessa perspectiva do amor e do cuidado? Será que a desigualdade social seria tão grande? Como seria a educação? Será que teríamos níveis altos de criminalidade, de desemprego e de violência? Será que existiria a violência contra a mulher ou contra os idosos? Será que a corrupção, fenômeno de natureza ética (no caso a falta dela), estaria tão presente no cenário social?

Talvez essa seja a grande contribuição que a religião, especificamente o cristianismo, possa dar para a sociabilidade ética no Brasil: uma ética do amor e do cuidado que se expressa por meio de ações de compaixão e de solidariedade. De acordo com Boff, “a solidariedade se encontra na raiz do processo de hominização” (BOFF, 2014, p. 54). Para o teólogo brasileiro, os ancestrais dos seres humanos, ao saírem para buscar alimentos, não os consumiam de forma individual, mas os compartilhavam com o grupo. Por essa razão Boff acredita que “foi a

solidariedade que permitiu o salto da animalidade à humanidade e à criação da socialidade” (BOFF, 2014, p. 54).

Pensando dessa maneira, a pessoa age de forma humana quando age de forma solidária, isto é, quando não se fecha no individualismo e não busca satisfazer apenas os seus desejos ou necessidades, mas olha para fora de si mesmo e caminha ao encontro do outro, independentemente de sua cor, religião, ideologia política ou gênero. Curiosamente parece que os direitos humanos estão fortemente relacionados à perspectiva ética paleocristã, pois defendem os mesmos ideais.

Além da solidariedade, o amor e o cuidado se expressam através da compaixão. Usualmente se associa à compaixão um significado negativo, tal como ter “pena” ou “dó” de alguém, colocando esse alguém como inferior àquele que se compadece. Entretanto, dentro da perspectiva cristã – no paleocristianismo –, a compaixão assume um significado positivo, pois significa misericórdia. Boff explica isso da seguinte maneira: “ter miseri-cór-dia equivale a ter um coração (*cor*) capaz de sentir os *miseros* e sair de si para socorrê-los” (BOFF, 2014, p. 56). Isso significa que a compaixão é o ato de sentir com e de ser com os outros. Não é sobre estar acima, mas ao lado para auxiliar e cuidar, sobretudo dos que mais sofrem.

Utopia? Talvez seja! Mas as utopias, entendidas como ideais, parecem necessárias, pois delas nascem a Terra Prometida e o Reino de Deus, isto é, o modelo de sociedade a que se aspira, bem como o que se deve fazer para construí-la (ALVES, 1984).

Aqui parece estar a raiz de todo o processo educacional que pretende ser integral: educar para o cuidado, para a compaixão e para a solidariedade. Desse modo, uma educação puramente tecnicista, que objetiva apenas a formação de trabalhadores e que negligencia o que o ser humano tem de essencial, o cuidado, não parece humanizadora.

Certamente é preciso educar para a técnica e para a ciência, bem como formar bons profissionais. Mas também é necessário educar para uma ética do cuidado capaz de aumentar a sociabilidade entre os seres humanos. Esse parece ser um dos grandes desafios não apenas das famílias, mas também das escolas. Se as escolas devem ser pensadas como instituições humanizadoras, então não parece justo que elas se reservem apenas a ensinar conteúdos que serão cobrados em alguma avaliação interna ou externa. É necessário se colocarem como mediações para o processo de humanização das pessoas. E essa humanização passa pelo amor, pelo cuidado, pela compaixão e pela solidariedade.

Para tanto, diante de uma realidade tecnicista e de uma sociedade individualista, materialista e hedonista, Boff sinaliza que o cristianismo pode colaborar de modo significativo. Segundo o autor,

neste processo, a experiência espiritual brasileira poderá ser significativa. Graças ao enraizamento do cristianismo nas quatro vertentes analisadas, os brasileiros nos fizeram um povo místico, capaz de ver a realidade transfigurada e impregnada por Deus e por seus santos. Por isso somos carregados de magia, de alegria e de esperança, e que tudo, no seu final, existe para brilhar e ser feliz. Talvez essa visão mística do mundo constitua uma das maiores contribuições que a cultura brasileira pode dar à cultura mundial emergente, tão pouco espiritual e tão raramente sensível à leveza, ao humor e à harmonia dos contrários. (BOFF, 2005, p. 115).

De fato, não obstante os grandes desafios pessoais, sociais e políticos que o Brasil enfrenta, o povo brasileiro se apresenta como esperançoso através da alegria, do samba, da reza, do esporte, da boa vizinhança, enfim, de uma vida vivida de forma mais sensível, mística e afetuosa. E uma das causas dessa postura é a fé, especialmente a fé cristã. Nas palavras de Boff, “graças a fé o povo brasileiro não se sente peregrino num vale de lágrimas, mas filho e filha da alegria” (BOFF, 2005, p. 115).

Dessa maneira, o cristianismo, não compreendido apenas como instituição (igreja), mas como um caminho místico e político, emerge como um caminho para a espiritualização do povo brasileiro (BOFF, 2005). Espiritualização essa que desemboca em uma convivência mais fraterna e colaborativa com a natureza, com os outros seres vivos e, especialmente, como os seres humanos.

#### **4.4 O cristianismo como caminho espiritual para a sociabilidade ética**

Como já foi dito, o cristianismo é uma religião heterogênea, pois possui muitas ramificações, seja na forma de igrejas ou mesmo de vertentes espirituais. Além disso, a própria religião assume um caráter heterogêneo, pois existem muitas religiões espalhadas pelo mundo. Nesse sentido, Boff (2005, p. 133) salienta que “ele – o cristianismo – não pode reivindicar para si o monopólio da verdade religiosa nem dos instrumentos de salvação”. Isso significa que o cristianismo se apresenta como um caminho espiritual, mas não o único por meio do qual o ser humano pode chegar a Deus e ao próximo.

Com efeito, sendo o cristianismo a religião da maioria dos brasileiros, parece ser importante compreender a colaboração que essa religião pode oferecer para a construção de uma sociedade melhor onde as pessoas tenham vida e vida em abundância. Este – a vida – parece constituir o sentido último de toda a realidade, pois tudo o que existe está destinado a se conservar no ser. Por isso Boff (2005, p. 133) afirma que “esse sentido que tudo impregna significa a presença daquela Realidade que todas as tradições espirituais chamaram de Deus”.

Essa vida, na perspectiva cristã, precisa ser vivida na comunhão, pois Deus se aproximou da miséria humana através de Jesus Cristo, revelando a sua identidade de pai e de mãe, bem como se revelando como uno e trino, isto é, uma pessoa em três. Desse modo, a natureza de Deus é a comunhão e não a solidão (BOFF, 2005).

Por razão dessa unicidade trinitária, Deus não poderia morrer, uma vez que é Deus. Sendo assim, a ressurreição de Jesus Cristo, fundamento da fé cristã, é também a última esperança de todos os seres humanos: a ressurreição de todos. Entretanto, Boff explica que “ressurreição é mais do que a reanimação de um cadáver. É a realização de todas as potencialidades de ser, de valor, de comunhão e de comunicação de cada existente e de cada vivente do universo” (BOFF, 2005, p. 134-135). Assim sendo, para além da ressurreição da carne, a ressurreição no cristianismo parece estar associada a recuperação da capacidade de comunhão, de diálogo, de amor, de cuidado e de solidariedade.

Aqui se vislumbra um paradigma ético de grande importância: uma espiritualidade que conecta o ser humano não apenas a Deus, mas à sua própria essência cuidadora. Com isso, a essência humana parece mais a espiritualidade do que a própria racionalidade, haja vista que a racionalidade pode ser usada para a destruição, para o individualismo e a exclusão social. Boff sustenta isso afirmando o seguinte:

O cristianismo pode oferecer essa proposta espiritual a todos os humanos. Cada qual lhe poderá dar-lhe a sua versão cultural. Ela tem a força intrínseca de guardar sua verdade essencial em todas as encarnações. Ela poderá significar recuperação do elo perdido que re-liga todas as experiências, todas as buscas, o pessoal com o cósmico, o histórico com o utópico. Ela permite a emergência da verdadeira re-ligião, vale dizer, aquela dimensão que costuma para frente e para cima toda a realidade, ancorada em Deus, testemunhada em tantos caminhos espirituais para a humanidade. (BOFF, 2005, p. 135).

Nesta sustentação realizada por Boff, há uma sutil analogia à cruz e, por efeito, à proposta ética do cristianismo. A dimensão horizontal da cruz equivale a relação entre os seres humanos. Já a dimensão vertical equivale a relação entre Deus e os seres humanos. A dimensão vertical sustenta a horizontal, isto é, a relação entre o ser humano e Deus parece afetar a relação entre os seres humanos. Sem a dimensão vertical ou a horizontal não existe cruz e, portanto, salvação. Por isso o caminho espiritual do cristianismo não pode ser reduzido a apenas uma dimensão.

Vale ressaltar que o cristianismo como caminho espiritual não anula os demais caminhos espirituais, pois ele é intrinsecamente ecumênico. Boff afirma que em todas as religiões Deus se revela: “em todos eles, e sob nomes diversos, discerne o mesmo mistério que

não é um abismo intransponível, mas uma fonte de vida, de enternecimento e de comunhão, Deus” (BOFF, 2005, p. 135).

Nesse sentido, de modo prático, dois são os desafios que o cristianismo precisa enfrentar para que sua missão seja efetiva: defender a vida, sob todas as formas e viver a fraternidade de modo universal, sobretudo a partir dos marginalizados e excluídos. De acordo com Boff isso faz sentido, pois Deus, para o cristianismo e para as demais religiões, é Deus da vida e da vida em abundância (BOFF, 2005).

Resgatar essa dimensão espiritual, ética e política do fenômeno religioso, especialmente do paleocristianismo, parece ser fundamental, sobretudo nesses tempos em que há fortes críticas a religião e em que o mistério parece ser proibido em detrimento do cientificismo (ALVES, 1985). Entretanto, para que não se caia em um discurso demasiadamente teórico e pouco prático e colaborando para que tais valores sejam defendidos de modo a fortalecer a sociabilidade ética, isto é, as relações de amor, de cuidado e de solidariedade, utopia do cristianismo e das demais religiões, é preciso que essa mística se materialize na política. Assim, o ideal democrático, baseando-se na tolerância, na não violência, no diálogo e no respeito às diferenças, parece encarnar bem tais valores. Sobre isso Boff afirma:

O ideal democrático, já o disse Jacques Maritain, é o nome profano para o ideal cristão de irmandade, pois tem como motivo determinante a igualdade, o amor e a solidariedade. O ideal democrático é muito mais que as democracias concretas atualmente vigentes. Ele implica valores que não conhecem limites e não se esgotam na realização histórica das democracias representativas. (BOFF, 2005, p. 145).

Desse modo, pensar a sociabilidade ética no Brasil é pensar na criação/manutenção de uma sociedade democrática, aberta às diferenças, ao diálogo e com uma economia capaz de reduzir as desigualdades ao invés de aumentá-las. E, quando se olha para a experiência vivida por Jesus Cristo, seus ensinamentos e ações, isto é, para o paleocristianismo, essa parece ser a utopia do Reino de Deus prometido, pensado a partir de uma sociedade cujos valores cristãos se desdobram em valores democráticos. Nas palavras de Boff (2005, p. 147) “o cristianismo deve ajudar a criar um mundo novo para todos, e não só para os cristãos. E a democracia é o enquadramento social e político benéfico para todos”.

Desse modo, a manutenção dos valores e dos ideais cristãos passa pela manutenção dos valores democráticos, claramente presentes na Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988 e que garante direitos civis, tais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais, isto é, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a

moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados; e os direitos políticos, por meio dos quais a soberania popular é exercida por meio do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto (BRASIL, 1990).

Como se vê, os postulados éticos presentes no fenômeno religioso, especialmente no cristianismo originário (paleocristianismo), fazem-se presentes na lei maior do Brasil e orientam a vida de todos os brasileiros. Cabe a cada cidadão, bem como às instituições sociais, zelarem para que todos esses direitos e deveres sejam cumpridos para que, assim, a convivência no Brasil seja mais fraterna e baseada em princípios como o cuidado, a compaixão e a solidariedade. Aí parece estar o Reino de Deus, em uma nova ordem das coisas, onde todas as pessoas são tratadas com dignidade e possuem oportunidades para viverem dignamente (BOFF, 2013). E é para ele que tanto o paleocristianismo quanto a Constituição Federal do Brasil apontam.

Dessa maneira, a manutenção e o fortalecimento da democracia é, portanto, o caminho político para a manifestação da mística cristã, isto é, para a construção de uma sociedade aberta ao diálogo, para uma educação mais humana, para o respeito às diversidades, para a tolerância, o cuidado com a vida, enfim, para sociabilidade ética no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como preocupação central responder a seguinte pergunta: como o fenômeno religioso pode contribuir com os desafios da sociabilidade ética no Brasil? Para tanto, tendo os pensadores brasileiros Leonardo Boff e Rubem Alves como os principais referenciais teóricos de toda a pesquisa, o primeiro capítulo apresentou uma perspectiva antropológica tridimensional, onde o ser humano foi concebido como corpo, mente e espírito. Partiu-se da tese de que na dimensão espiritual reside a profundidade ontológica do ser humano, que o faz um ser que busca sentido para a sua existência. Assim, abordou-se o fenômeno religioso, sua organização, possíveis causas, bem como sua aproximação com as dimensões éticas e políticas, como forma de significar a vida. Dessa maneira, o fenômeno religioso revela algo do próprio ser humano, ou seja, suas aspirações, medos, esperanças, desejos e utopias.

O segundo capítulo trouxe à tona um pouco da história e da doutrina do cristianismo. A razão pela qual se abordou o cristianismo é o fato de ser a religião mais influente no ocidente, especialmente no Brasil. Nesse sentido, o cristianismo foi apresentado como a religião “fundada” por Jesus Cristo, filho de Deus para os cristãos, que nasceu pela ação do Espírito Santo no seio de uma mulher virgem – Maria –, viveu uma vida simples, pregou o Reino de Deus, foi morto e teria ressuscitado, segundo relato de seus apóstolos. Desde então, o cristianismo como caminho espiritual foi se estruturando, convertendo-se em igrejas, primeiro a romana e, após o século XVI, com a Reforma Protestante, em diversas denominações. Entretanto, o centro da discussão desta pesquisa não é o cristianismo enquanto igreja, mas o que Boff denominou de Paleocristianismo, isto é, o cristianismo originário, aquele vivenciado e ensinado por Jesus Cristo. Nesse sentido, o cristianismo surge como um paradigma moral que defende o respeito às diferenças, sejam elas de gênero, religiosas, raciais ou econômicas, que defende a inclusão dos pobres, dos excluídos e dos marginalizados e que defende a prática do amor através do cuidado, da compaixão e da solidariedade, princípios éticos que parecem essenciais no paleocristianismo.

Por fim, ao terceiro capítulo, procurou-se refletir sobre a forma com a qual o fenômeno religioso, dentro da perspectiva cristã, poderia contribuir com os desafios da sociabilidade ética no Brasil. Para tanto, alguns problemas presentes na sociedade brasileira foram levantados, tais como a pobreza, a desigualdade social, a violência e a corrupção. A partir daí, percebeu-se que os princípios éticos defendidos pelo cristianismo – paleocristianismo – assemelham-se aos ideais democráticos presentes no Brasil e no mundo. Ambos reforçam a defesa da vida, da liberdade, o respeito à diversidade, a inclusão, condenam a violência, pensam em formas de



atender às minorias sociais, enfim, buscam colaborar na construção de uma sociedade mais inclusiva e colaborativa.

É importante ressaltar que, em muitos casos, algumas pessoas religiosas, especificamente cristãs, podem agir a partir de outra lógica: da exclusão, da indiferença e do ódio. Entretanto, isso não parece diminuir a importância e a riqueza dos princípios éticos defendidos pelo cristianismo. Ao contrário, reforça ainda mais a sua necessidade e revela que, embora muitas pessoas, inclusive parlamentares, digam-se cristãos, podem viver de forma distante dos princípios éticos essenciais do paleocristianismo.

Nesse sentido, conclui-se, sem pretender esgotar o assunto, que a ética paleocristã se expressa em uma linguagem laica e política através da defesa e aperfeiçoamento dos valores democráticos que se desdobram da construção e garantia de diversos deveres e direitos, sejam eles de natureza civil, social ou política. Tais valores, uma vez incorporados nas diversas sociedades e culturas através de suas legislações, podem garantir uma melhor sociabilidade entre as pessoas.

Dessa maneira, acredita-se que o problema desta pesquisa foi respondido e os objetivos – geral e específicos – foram alcançados. No entanto, ainda há muito o que dialogar e aprofundar em outras pesquisas, a fim de se compreender ainda mais o quanto o fenômeno religioso pode servir de mediação para colaborar com os desafios da sociabilidade ética no Brasil e no mundo, isto é, na construção de uma sociedade mais harmônica, tolerante, pacífica e solidária, na qual os princípios do cuidado e da colaboração prevaleçam sobre os princípios da indiferença e da competição.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Campinas: Papyrus, 1984.
- ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia**. Tradução Ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- BOFF, Leonardo. **Brasil: concluir a refundação ou prolongar a dependência?** Petrópolis: Vozes, 2018.
- BOFF, Leonardo. **Cristianismo: o mínimo do mínimo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- BOFF, Leonardo. **Espiritualidade um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Rio de Janeiro: Sextante: 2005.
- BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 1989 (Texto originalmente publicado em 1912).
- ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan Petru. **Dicionário das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FRANKL, Viktor. **A vontade de sentido: fundamentos a aplicações da logoterapia**. São Paulo: Paulus, 2011.
- FRANKL, Viktor. **Fundamentos antropológicos da psicoterapia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1989.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. **O choque de civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia**. Porto Alegre: Edições Paulinas, 1985. 1 v.

MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia**. Porto Alegre: Edições Paulinas, 1981. 2 v.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falava Zaratustra**: um livro para toda a gente e para ninguém. 6. ed. São Paulo: Edições e publicações Brasil Editora S.A., 1965.

PAPAVERO, Nelson. **Introdução Histórica à Biologia Comparada com especial referência à Biogeografia**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1989.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Marketing existencial**: a produção de bens de significado no mundo contemporâneo. São Paulo: Três estrelas, 2007.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, jul./dez. 2013. Disponível em:  
<https://www.proquest.com/openview/23ac2587640666ea24bccfb1e9df8ca/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4514812>. Acesso em: 21 maio 2021.

TOSCANO, Moema. **Introdução a Sociologia Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZILLES, Urbano. **Religiões**: crenças e credences. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.